

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	10
NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO	15
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES	16
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	18
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	18
7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS E TRANSPORTE DE ENERGIA	19
8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS.....	20
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	21
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS.....	23
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO.....	23
13. INVESTIMENTOS	29
14. IMOBILIZADO.....	39
15. INTANGÍVEIS.....	42
16. FORNECEDORES.....	43
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	43
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	44
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	48
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	48
21. PROVISÕES.....	49
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	56
23. RECEITA	57
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	59
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	64
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	65
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	65
28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	74
29. SEGMENTOS OPERACIONAIS	77
30. EVENTOS SUBSEQUENTES	80
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	81
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO.....	1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	219.322	427.827	206.241	361.252
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	84.902	424.046	33.913	273.885
Consumidores e Revendedores	7	814.422	724.939	728.489	676.851
Concessionários - Transporte de Energia	7	96.618	36.690	96.719	36.690
Tributos Compensáveis	8	48.864	55.493	48.398	55.486
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	9	179.378	176.464	179.377	176.464
Ativo Financeiro da Concessão	12	665.674	332.763	421.106	13.233
Créditos junto à Eletrobrás	19	-	48.379	-	48.379
Valores a receber de Partes Relacionadas	26	62.455	-	62.455	-
Adiantamento a Fornecedores		64.081	-	40.380	-
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		16.685	16.618	16.685	16.618
Outros Créditos		108.898	106.952	111.115	139.917
TOTAL DO CIRCULANTE		2.361.299	2.350.171	1.944.878	1.798.775
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	6	995	13.038	48	8.268
Tributos Compensáveis	8	15.752	14.870	15.752	14.870
Depósitos Vinculados a Litígios	11	246.784	229.294	246.784	229.294
Valores a receber de Partes Relacionadas	26	20.675	74.630	20.682	74.630
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		38.065	46.305	38.065	46.305
Adiantamento a Fornecedores		295.146	229.053	287.614	229.053
Ativos de Concessões de Geração	4	195.611	206.566	195.611	206.566
Outros Créditos		67.231	67.384	67.181	67.332
Ativo Financeiro da Concessão	12	5.791.250	4.755.137	3.714.001	2.820.902
Investimentos	13	5.169.532	5.291.892	7.571.147	7.773.818
Imobilizado	14	2.196.861	3.170.152	2.193.456	3.168.380
Intangíveis	15	32.345	35.752	32.345	35.752
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.070.247	14.134.073	14.382.686	14.675.170
TOTAL DO ATIVO		16.431.546	16.484.244	16.327.564	16.473.945

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	18	1.353.112	1.410.782	1.356.947	1.410.782
Debêntures	18	1.522.135	1.845.411	1.523.193	1.853.013
Fornecedores	16	497.582	377.038	482.082	372.704
Imposto de Renda e Contribuição Social		81.202	6.072	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	17	84.600	136.777	76.729	132.863
Encargos Regulatórios	19	90.760	69.955	89.017	67.377
Obrigações Pós-Emprego	20	50.715	45.377	50.715	45.377
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar	26	605.000	605.000	605.000	605.000
Salários e Encargos Sociais		57.548	52.557	57.548	52.554
Venda Antecipada de Energia Elétrica	7	245.367	181.200	245.367	181.200
Outras Obrigações		52.666	95.731	52.457	94.429
TOTAL DO CIRCULANTE		4.640.687	4.825.900	4.539.055	4.815.299
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	18	602.801	752.930	602.801	752.930
Debêntures	18	4.033.285	4.624.548	4.034.196	4.626.860
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10a	376.936	286.174	376.896	285.529
Impostos, Taxas e Contribuições	17	101.233	101.233	101.233	101.233
Encargos Regulatórios	19	149.526	128.068	146.359	126.742
Obrigações Pós-Emprego	20	883.143	861.084	883.143	861.084
Provisões	21	119.522	105.296	119.507	105.296
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	13	264.138	196.173	264.138	196.173
Venda Antecipada de Energia Elétrica	7	66.745	-	66.745	-
Outras Obrigações		18.781	19.644	18.742	19.605
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		6.616.110	7.075.150	6.613.760	7.075.452
TOTAL DO PASSIVO		11.256.797	11.901.050	11.152.815	11.890.751
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22				
Capital Social		1.837.710	1.837.710	1.837.710	1.837.710
Reservas de Lucros		2.474.659	2.474.659	2.474.659	2.474.659
Ajustes de Avaliação Patrimonial		223.300	270.825	223.300	270.825
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		100.000	-	100.000	-
Lucros Acumulados		539.080	-	539.080	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.174.749	4.583.194	5.174.749	4.583.194
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.431.546	16.484.244	16.327.564	16.473.945

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
RECEITA	23	5.716.449	5.092.795	5.238.030	4.925.144
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(2.990.677)	(2.291.737)	(2.950.140)	(2.291.737)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(257.420)	(230.412)	(232.259)	(227.533)
		(3.248.097)	(2.522.149)	(3.182.399)	(2.519.270)
CUSTO	24				
Pessoal e Administradores		(232.488)	(240.003)	(223.502)	(240.003)
Materiais		(6.655)	(7.596)	(5.356)	(7.358)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(58)	(35)	(58)	(35)
Serviços de Terceiros		(52.791)	(70.555)	(42.915)	(68.751)
Depreciação e Amortização		(117.520)	(137.116)	(117.470)	(137.116)
Provisões Operacionais líquidas de reversões		(22.729)	(32.750)	(22.713)	(32.750)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(11.226)	(36.405)	(11.226)	(36.405)
Outros Custos Operacionais		(9.835)	(6.603)	(8.486)	(6.565)
		(453.302)	(531.063)	(431.726)	(528.983)
CUSTO TOTAL		(3.701.399)	(3.053.212)	(3.614.125)	(3.048.253)
LUCRO BRUTO		2.015.050	2.039.583	1.623.905	1.876.891
DESPESA OPERACIONAL					
DESPESA OPERACIONAL	24				
Despesas com Vendas		(16.257)	(868)	(16.257)	(868)
Despesas Gerais e Administrativas		(131.841)	(93.650)	(131.841)	(93.650)
Outras Despesas Operacionais		(154.576)	(112.883)	(154.278)	(112.799)
		(302.674)	(207.401)	(302.376)	(207.317)
Resultado de Equivalência Patrimonial	13	(157.710)	(155.226)	151.127	3.601
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		1.554.666	1.676.956	1.472.656	1.673.175
Receitas Financeiras	25	120.579	127.388	98.474	124.567
Despesas Financeiras	25	(849.456)	(1.002.171)	(849.183)	(1.002.164)
Resultado antes dos Impostos		825.789	802.173	721.947	795.578
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10b	(209.620)	(75.704)	(105.173)	(69.964)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	(90.762)	(191.540)	(91.367)	(190.685)
RESULTADO DO PERÍODO		525.407	534.929	525.407	534.929
Resultado Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		0,1814	0,1847	0,1814	0,1847

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		Jul a Set/17	Jul a Set /16	Jul a Set /17	Jul a Set /16
RECEITA	23	2.047.279	1.745.977	1.873.762	1.626.173
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.275.814)	(823.584)	(1.256.951)	(823.584)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(91.364)	(82.537)	(82.433)	(79.658)
		(1.367.178)	(906.121)	(1.339.384)	(903.242)
CUSTO	24				
Pessoal e Administradores		(69.568)	(69.173)	(66.919)	(69.695)
Materiais		(2.433)	(1.861)	(1.900)	(1.634)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(13)	(8)	(13)	(8)
Serviços de Terceiros		(18.028)	(21.069)	(15.339)	(19.761)
Depreciação e Amortização		(34.288)	(46.028)	(34.267)	(46.028)
Provisões Operacionais líquidas de reversões		(2.923)	(7.989)	(2.922)	(7.989)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(4.201)	(4.771)	(4.201)	(4.771)
Outros Custos (Reversões) Operacionais		3.084	(1.856)	3.349	(1.821)
		(128.370)	(152.755)	(122.212)	(151.707)
CUSTO TOTAL		(1.495.548)	(1.058.876)	(1.461.596)	(1.054.949)
LUCRO BRUTO		551.731	687.101	412.166	571.224
DESPESA OPERACIONAL	24				
Despesas com Vendas		(16.257)	-	(16.257)	-
Despesas Gerais e Administrativas		(42.570)	(29.219)	(42.570)	(29.219)
Outras Despesas Operacionais		(58.787)	(35.640)	(58.699)	(35.558)
		(117.614)	(64.859)	(117.526)	(64.777)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(172.177)	(23.851)	(65.361)	89.662
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		261.940	598.391	229.279	596.109
Receitas Financeiras	25	35.820	44.577	32.101	41.782
Despesas Financeiras	25	(231.334)	(350.275)	(231.177)	(350.268)
Resultado antes dos Impostos		66.426	292.693	30.203	287.623
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10b	(37.199)	(47.150)	833	(42.927)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	(34.372)	(21.257)	(36.181)	(20.410)
RESULTADO DO PERÍODO		(5.145)	224.286	(5.145)	224.286
Resultado Líquido Básico e Diluído por Ação Ordinária		(0,0018)	0,0774	(0,0018)	0,0774

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
RESULTADO DO PERÍODO	525.407	534.929	525.407	534.929
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	19.420	-	19.420
	<u>525.407</u>	<u>554.349</u>	<u>525.407</u>	<u>554.349</u>
Itens que poderão ser reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto referente a valor justo de ativo financeiro disponível para venda	(33.852)	(90)	(33.852)	(90)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>491.555</u>	<u>554.259</u>	<u>491.555</u>	<u>554.259</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	<u>491.555</u>	<u>554.259</u>	<u>491.555</u>	<u>554.259</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)--

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
RESULTADO DO PERÍODO	(5.145)	224.286	(5.145)	224.286
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	19.994	-	19.994
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>(5.145)</u>	<u>244.280</u>	<u>(5.145)</u>	<u>244.280</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	<u>(5.145)</u>	<u>244.280</u>	<u>(5.145)</u>	<u>244.280</u>

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Adiantamento Para Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.837.710	-	2.485.879	360.223	-	4.683.812
Resultado do período	-	-	-	-	534.929	534.929
Outros Resultados Abrangentes						
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	19.330	-	19.330
Total do Resultado Abrangente	-			19.330	534.929	554.259
Parcela dos dividendos obrigatórios que não será distribuída – reversão de provisão	-	-	202.041	-	-	202.041
Reserva de Incentivos Fiscais			445	-	(445)	
Realização de Reserva de Ajustes de avaliação patrimonial – Custo Atribuído	-	-	-	(12.710)	12.710	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016	1.837.710		2.688.365	366.843	547.194	5.440.112
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.837.710	-	2.474.659	270.825	-	4.583.194
Resultado do período	-	-	-	-	525.407	525.407
Outros Resultados Abrangentes						
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	(33.852)	-	(33.852)
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	(33.852)	525.407	491.555
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	100.000	-	-	-	100.000
Realização de Reservas						
Ajustes de avaliação patrimonial custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(13.673)	13.673	-
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017	1.837.710	100.000	2.474.659	223.300	539.080	5.174.749

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Período	525.407	534.929	525.407	534.929
Ajustes por:				
Depreciação e Amortização	122.951	141.468	122.901	141.468
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	8.913	4.449	8.913	4.449
Equivalência Patrimonial	157.710	155.226	(151.127)	(3.601)
Juros e Variações Monetárias	368.373	151.528	609.181	80.968
Imposto de Renda e Contribuição Social	300.382	267.244	196.540	260.649
Ajuste Indenização Usinas Não Renovadas (Portaria 291)	(259.516)	-	(259.516)	-
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	106.951	63.106	106.936	63.106
Obrigações Pós-Emprego	73.342	75.189	73.342	75.189
Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT	29.951	-	29.951	-
	1.434.464	1.393.139	1.262.528	1.157.157
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(105.740)	211.644	(67.895)	262.449
Tributos Compensáveis	5.747	(15.345)	6.206	(15.345)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	(2.914)	(24.491)	(2.913)	(24.491)
Transporte de Energia	(59.928)	(4.348)	(60.029)	(4.348)
Depósitos Judiciais	(2.840)	(3.872)	(2.840)	(3.872)
Dividendos Recebidos	110.541	69.134	522.362	69.134
Ativo Financeiro	153.992	(2.174.997)	(18.376)	(2.113.169)
Adiantamento a Fornecedores	(99.232)	(42.229)	(68.387)	(42.229)
Outros	108.268	(27.739)	116.334	(32.845)
	107.894	(2.012.243)	424.462	(1.904.716)
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	120.544	8.894	109.378	7.393
Tributos e Contribuição Social	(82.128)	(45.853)	(86.085)	(46.880)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(10.598)	21.308	(5.029)	23.198
Salários e Contribuições Sociais	4.991	11.719	4.994	11.719
Encargos Regulatórios	42.263	36.705	41.257	33.624
Obrigações Pós-Emprego	(45.945)	(39.607)	(45.945)	(39.607)
Venda Antecipada de Energia Elétrica	93.246	-	93.246	-
Outros	(52.432)	(125.277)	(51.339)	(125.274)
	69.941	(132.111)	60.477	(135.827)
Caixa gerado (consumido) nas Operações	1.612.299	(751.215)	1.747.467	(883.386)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(123.892)	(93.162)	(100.144)	(93.162)
Juros Pagos	(663.553)	(432.836)	(663.553)	(432.836)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	824.854	(1.277.213)	983.770	(1.409.384)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Investimentos - Aporte	(228.205)	(718.653)	(228.205)	(734.489)
No Imobilizado	(20.268)	(19.293)	(18.585)	(19.293)
No Intangível	(528)	(2.391)	(528)	(2.391)
Em Títulos e Valores Mobiliários	372.193	1.640.091	265.088	1.746.677
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	123.192	899.754	17.770	990.504

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos Obtidos	-	607.705	-	607.705
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	-	(166.096)	-	(166.096)
Pagamentos de Empréstimos	(1.256.551)	(10.076)	(1.256.551)	(10.076)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	100.000	-	100.000	-
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.156.551)	431.533	(1.156.551)	431.533
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(208.505)	54.074	(155.011)	12.653
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	427.827	283.703	361.252	283.703
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	219.322	337.777	206.241	296.356
	(208.505)	54.074	(155.011)	12.653

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	Consolidado				Controladora			
	30/09/2017		30/09/2016		30/09/2017		30/09/2016	
RECEITAS								
Venda de Energia e Serviços	6.109.542		5.213.735		5.790.944		5.130.901	
Receita de Construção	11.226		36.405		11.226		36.405	
Receita de Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	240.420		212.185		-		115.274	
Investimentos em Imobilizado	19.130		21.827		19.130		21.827	
Receita de Indenização da Transmissão	295.749		692.211		295.749		692.211	
Receita de Indenização de Geração	259.516				259.516			
Ajuste para Perdas em Créditos de Liq. Duvidosa	(16.257)		(868)		(16.257)		(868)	
Outras Receitas	-		1.121		-		1.121	
	6.919.326		6.176.616		6.360.308		5.996.871	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.254.478)		(2.514.077)		(3.210.789)		(2.514.077)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(280.785)		(252.892)		(253.631)		(250.013)	
Serviços de Terceiros	(104.132)		(79.118)		(94.251)		(77.314)	
Materiais	(30.022)		(85.336)		(28.723)		(85.098)	
Concessão Onerosa	(2.264)		(2.154)		(2.264)		(2.154)	
Outros Custos Operacionais	(107.479)		(89.734)		(106.485)		(89.648)	
	(3.779.160)		(3.023.311)		(3.696.143)		(3.018.304)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	3.140.166		3.153.305		2.664.165		2.978.567	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(122.951)		(141.468)		(122.901)		(141.468)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.017.215		3.011.837		2.541.264		2.837.099	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(157.710)		(155.226)		151.127		3.601	
Receitas Financeiras	120.579		127.388		98.474		124.567	
	(37.131)		(27.838)		249.601		128.168	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.980.084		2.983.999		2.790.865		2.965.267	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	338.406	11,37	306.721	10,28	329.420	11,79	306.721	10,35
Remuneração direta	193.623	6,52	185.677	6,22	184.637	6,60	185.677	6,26
Benefícios	87.977	2,95	82.688	2,77	87.977	3,15	82.688	2,79
FGTS	12.290	0,41	15.031	0,51	12.290	0,44	15.031	0,51
Programa de Desligamento de Empregados	44.516	1,49	23.325	0,78	44.516	1,60	23.325	0,79
Impostos, Taxas e Contribuições	1.251.410	41,98	1.123.052	37,64	1.071.918	38,41	1.104.330	37,24
Federais	786.582	26,39	714.586	23,95	634.379	22,73	695.896	23,47
Estaduais	462.314	15,51	406.885	13,64	435.026	15,59	406.853	13,72
Municipais	2.514	0,08	1.581	0,05	2.513	0,09	1.581	0,05
Remuneração de Capitais de Terceiros	864.861	29,02	1.019.297	34,15	864.120	30,97	1.019.287	34,37
Juros	849.456	28,50	1.002.171	33,58	849.183	30,43	1.002.164	33,8
Aluguéis	15.405	0,52	17.126	0,57	14.937	0,54	17.123	0,57
Remuneração de Capitais Próprios	525.407	17,63	534.929	17,93	525.407	18,83	534.929	18,04
Lucros Acumulados	525.407	17,63	534.929	17,93	525.407	18,83	534.929	18,04
	2.980.084	100,00	2.983.999	100,00	2.790.865	100,00	2.965.267	100,00

As Notas Explicativas Condensadas são parte integrante das Informações Contábeis Intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS CONDENSADAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig GT”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 59 usinas, sendo 54 usinas hidrelétricas, 3 eólicas, 1 termelétrica e 1 solar e linhas de transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 4.854 MW (informações não revisadas pelos auditores independentes).

A Companhia assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 30 de setembro de 2017, o passivo circulante consolidado da Cemig GT excedeu o ativo circulante consolidado em R\$2.279.388. Em 30 de setembro de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, consolidados da Cemig GT totalizaram R\$2.875.247 e R\$4.636.086, respectivamente. A Companhia apresentou fluxo de caixa operacional consolidado positivo no valor de R\$824.854 no período de janeiro a setembro de 2017 e negativo de R\$1.277.213 no mesmo período de 2016.

Em 30 de setembro de 2017 o passivo circulante da controladora excedeu o ativo circulante em R\$2.594.177. Em 30 de setembro de 2017, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto e longo prazo, da Cemig GT controladora totalizaram R\$2.880.140 e R\$4.636.997, respectivamente. A controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo no valor de R\$983.770 no período de janeiro a setembro de 2017 e negativo de R\$1.409.384 no mesmo período de 2016.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades.

O volume substancial de dívida da Cemig GT poderia afetar, negativamente, os negócios, a condição financeira e o resultado das operações. De forma mais específica, a Cemig GT está sujeita a determinadas restrições sobre a sua capacidade de captar recursos de terceiros, o que pode impedir a Companhia de celebrar novos contratos para o financiamento das suas operações, ou para o refinanciamento das obrigações existentes, e que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira, conforme segue:

- Com relação aos empréstimos de terceiros: (i) na condição de empresa estatal, a CEMIG GT está sujeita a regras e limites relacionados ao nível de crédito aplicável ao setor público, inclusive as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil (BACEN); e (ii) uma vez que a Companhia opera no setor elétrico, está sujeita também às regras e aos limites estabelecidos pela Aneel que abordam o endividamento de empresas do setor elétrico. Adicionalmente, (iii) as empresas estatais podem usar os recursos provenientes das transações com bancos comerciais apenas para refinarçar obrigações financeiras, ou em transações garantidas por duplicatas.
- Outra regra em vigor é a exigência de aprovação de determinadas operações financeiras internacionais pelo Tesouro Nacional (que faz parte do Ministério da Fazenda) e pelo Banco Central antes da sua execução; essa aprovação é normalmente concedida se o objetivo da operação for financiar a importação de mercadorias ou rolar a dívida estrangeira apenas. O objetivo dessas regras é impor limites sobre a capacidade de endividamento da Companhia.
- A Cemig GT está sujeita às cláusulas restritivas constantes dos seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures. Em caso de descumprimento de uma obrigação nos termos do contrato de financiamento, a Companhia deverá reforçar as garantias do financiamento, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Qualquer evento de inadimplemento nos nossos instrumentos financeiros poderia levar os credores a fazer com que todos os valores relacionados àquela dívida se tornem imediatamente devidos. O vencimento antecipado das dívidas poderia ter efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia, e poderia também resultar na ativação das cláusulas de *cross-default* em outros instrumentos financeiros. Em caso de inadimplemento, os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser insuficientes para liquidar completamente a dívida ou para cumprir o serviço dessas dívidas.

- As agências de classificação de risco de crédito atribuem uma nota ao Brasil, à Companhia e aos seus títulos da dívida em nível Brasil e também atribuem uma nota à Companhia em nível global. Se houver rebaixamento das notas devido a qualquer fator externo, ao desempenho operacional ou ao alto nível da dívida, o custo do capital poderá aumentar.

Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Cemig GT deverá captar valores significativos de capital de terceiros através de fontes de financiamento disponíveis no mercado. Para fins de cumprimento do serviço da dívida da Companhia após atingir nossas metas de investimentos, a Cemig GT dependeu, e pode continuar a depender, de uma combinação de fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais, reduções nas nossas linhas de crédito disponíveis, saldo do caixa e aplicações financeiras e contratação de dívidas adicionais.

A Cemig GT possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos.

Apesar da Cemig GT estar com alavancagem significativa, a Companhia espera que os saldos de caixa corrente, a liquidez da linha de crédito rotativo, o caixa gerado pelas iniciativas descritas acima, e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa do próximo exercício. A Administração acredita que seus planos serão bem-sucedidos.

Se, por qualquer razão, a Cemig GT apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderá comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nível de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderá comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficiente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderá afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o *International Accounting Standard nº 34, Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, Pronunciamento Contábil nº21 (R1) - “CPC 21”, que abrange as demonstrações intermediárias e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

A Companhia optou por apresentar as Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas em um único conjunto, por não existir diferença entre os patrimônios líquidos e os resultados dos períodos das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de abril de 2017.

A Administração declara que todas as informações relevantes, próprias das Informações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 13 de novembro de 2017, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

2.2 Correlação entre Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais Completas e as Informações Contábeis Intermediárias

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Contábeis Anuais Consolidadas de 31 de dezembro de 2016 e as Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas de 30 de setembro de 2017.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
31/12/2016	30/09/2017	
1	1	Contexto Operacional
2	2	Base de Preparação
3	3	Princípios da Consolidação
4	4	Das Concessões e Autorizações
5	29	Segmentos Operacionais
6	5	Caixa e Equivalentes De Caixa
7	6	Títulos e Valores Mobiliários
8	7	Consumidores e Revendedores
9	8	Tributos e Contribuições Compensáveis
10	9	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar
11	10	Imposto de Renda e Contribuição Social
12	11	Depósitos Vinculados a Litígios
13	12	Ativos Financeiros da Concessão
14	13	Investimentos
15	14	Imobilizado
16	15	Intangíveis
17	16	Fornecedores
18	17	Impostos, Taxas e Contribuições
19	18	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures
20	19	Encargos Regulatórios
21	20	Obrigações Pós-Emprego
22	22	Provisões
23	22	Patrimônio Líquido
24	23	Receita
25	24	Custos e Despesas Operacionais
26	25	Receitas e Despesas Financeiras
27	26	Transações com Partes Relacionadas
28	27	Instrumentos Financeiros e Gestão De Riscos
29	28	Mensuração Pelo Valor Justo
32	30	Transações Não Envolvendo Caixa
33	31	Eventos Subsequentes

As Notas Explicativas do relatório anual de 2016 que foram suprimidas nas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Número das notas	Título das Notas Explicativas
30	Seguros
31	Obrigações Contratuais

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A partir de 1º de junho de 2016, a Companhia passou a apresentar as suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas com a inclusão das suas subsidiárias integrais constituídas naquela data (mais detalhes nas notas explicativas nº 12), conforme segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	30/09/2017
		Participação Direta (%)
Cemig Baguari	Consolidação	100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100,00

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguará, São Simão, Miranda e Volta Grande

Os contratos de concessões (Contrato de Concessão 007/97) Usina Hidrelétrica Jaguará (“Usina Jaguará”), Usina Hidrelétrica São Simão (“Usina São Simão”) e da Usina Hidrelétrica Miranda (Usina Miranda) venceram em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. A Companhia por entender que tem direito à renovação dessas concessões com base nos termos originais dos Contratos de Concessão ingressou com medidas administrativas e judiciais requerendo a renovação/prorrogação das concessões da Usina Hidrelétrica Jaguará (“Usina Jaguará”), Usina Hidrelétrica São Simão (“Usina São Simão”) e da Usina Hidrelétrica Miranda (Usina Miranda). Entretanto estes requerimentos foram indeferidos pelo Ministério das Minas e Energia (“MME”) que entendeu que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos e/ou regras definidas na Lei nº 12.783/13.

Como parte da discussão judicial, em março de 2017, as liminares que mantinham a Cemig GT na titularidade da concessão das usinas sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97, foram revogadas.

Até a data de revogação das liminares de cada uma das usinas, a Companhia reconheceu as receitas de vendas de energia e custos operacionais das usinas, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até essa data. A partir desta data, a Companhia cessou o reconhecimento das despesas de depreciação das usinas e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção das referidas usinas, de acordo com o regime de cotas.

A Administração da Companhia permanece defendendo o seu direito com relação às usinas Jaguará, São Simão e Miranda, amparada em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Em que pese a existência de discussões judiciais pendentes envolvendo as usinas São Simão, Jaguará e Miranda, em 27 de setembro de 2017, o Governo Federal leiloou as concessões das usinas hidrelétricas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, esta última cujo contrato de concessão também venceu em fevereiro de 2017, anteriormente pertencentes à CEMIG GT, com uma capacidade total de 2.922 MW, por um valor total de R\$12.130.784. Os licitantes vencedores das concessões são terceiros não relacionados à CEMIG.

Até a assinatura dos novos contratos de concessão com os concessionários vencedores do Leilão 01/2017, bem como a efetiva transferência da posse das respectivas instalações, enquanto durar o período de operação assistida previsto no edital do Leilão 01/2017, o Ministério de Minas e Energia mantém a Companhia como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica das usinas Jaguará, Miranda, São Simão e Volta Grande, de forma a garantir a continuidade do serviço. A Receita Anual de Geração (RAG) das usinas totaliza o valor de R\$433.243 por ano, tendo sido reconhecida receita no montante de R\$330.369 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$238.641 no mesmo período de 2016). O período de operação assistida não poderá ultrapassar 180 dias da data de assinatura dos novos contratos de concessão.

Em 03 de agosto de 2017, através da Portaria nº 291/17, o Ministério de Minas e Energia – MME estabeleceu os valores de indenização, à Cemig GT, pelos investimentos feitos nas usinas São Simão e Miranda e não amortizados até o fim do contrato. O valor total da indenização é de R\$1.027.751, sendo R\$243.599 destinados à indenização da usina São Simão e R\$784.152 destinados à indenização da usina Miranda, valores referentes a setembro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Os valores estão sendo atualizados, pro rata die, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, até a data de assinatura do Contrato de Concessão pelo vencedor da licitação da concessão das Usinas e pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão até a data do efetivo pagamento da indenização. Os saldos ainda não amortizados das concessões das Usinas São Simão e Miranda referentes aos seus Projetos Básicos foram ajustados para refletir as definições da Portaria nº 291/17, sendo reconhecidas receitas no montante de R\$259.516 (mais detalhes nas notas explicativas nº 12 e 23). Adicionalmente a Companhia transferiu os referidos saldos para o Ativo Financeiro da Concessão.

Em 30 de setembro de 2017, o saldo ainda não amortizado da concessão da Usina Jaguará, no valor contábil de R\$169.822, bem como os valores dos investimentos realizados após a entrada em operação das Usinas São Simão e Miranda, no valor contábil de R\$3.243 e R\$22.546, respectivamente, encontram-se classificados na rubrica Ativos de Concessões de Geração.

A Companhia está discutindo junto ao Ministério de Minas e Energia os critérios utilizados para a definição dos valores informados na Portaria nº 291/17, assim como o fato desta não ter levado em consideração o saldo não amortizado da usina Jaguará e os saldos de investimentos realizados após a entrada em operação das usinas São Simão e Miranda, e não espera perdas na realização destes ativos.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Contas Bancárias	4.837	2.862	4.101	2.811
Aplicações Financeiras:				
Certificados de Depósitos Bancários	202.232	269.538	199.627	259.869
Overnight	10.229	155.427	490	98.572
Outros	2.024	-	2.023	-
	214.485	424.965	202.140	358.441
	219.322	427.827	206.241	361.252

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP que, em 30 de setembro de 2017, variam entre 87% a 106% conforme operação (75% a 106% em 31 de dezembro de 2016). As operações compromissadas afirmam, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 8,14% em 30 de setembro de 2017 (13,64% em 31 de dezembro de 2016) e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 27 das Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Certificados de depósitos bancários	31.772	26.967	31.083	21.931
Letras Financeiras – Bancos	43.304	311.814	2.073	197.752
Letras Financeiras do Tesouro	8.457	81.063	405	51.410
Debêntures	2.062	16.892	99	10.713
Outros	302	348	301	347
	85.897	437.084	33.961	282.153
Ativo Circulante	84.902	424.046	33.913	273.885
Ativo Não Circulante	995	13.038	48	8.268

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 98% a 105,25% em 30 de setembro de 2017 (100,5% a 111% em 31 de dezembro 2016), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 102% a 112% do CDI em 30 de setembro de 2017 (104,25% a 112,7% em 31 de dezembro de 2016).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 103% a 128% do CDI em 30 de setembro de 2017 (104,25% a 113% em 31 de dezembro de 2016).

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 27. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 26.

7. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS E TRANSPORTE DE ENERGIA

	Saldos a Vencer		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado		Controladora	
	Faturado	Não Faturado			30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Industrial	2.836	267.867	45.602	35.552	351.857	337.693	307.776	337.693
Comércio, Serviços e Outras	6.233	23.512	236	149	30.130	25.317	30.130	25.317
Suprimento a Outras Concessionárias	348.046	-	17.482	8.782	374.310	365.467	336.243	317.379
Concessionários – Transp. de Energia	69.480	-	-	27.138	96.618	36.690	96.719	36.690
Câmara Comerc. Energia Elétrica - CCEE	40.248	-	38.075	168	78.491	571	74.706	571
Perdas em Créditos de Liq. Duvidosa	-	-	-	(20.366)	(20.366)	(4.109)	(20.366)	(4.109)
	466.843	291.379	101.395	51.423	911.040	761.629	825.208	713.541
Ativo Circulante					911.040	761.629	825.208	713.541
Consumidores e Revendedores					814.422	724.939	728.489	676.851
Concessionários – Transp. Energia					96.618	36.690	96.719	36.690

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 27.

O ajuste para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.244
Constituição de Provisão	868
Saldo em 30 de setembro de 2016	5.112
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.109
Constituição de Provisão	16.257
Saldo em 30 de setembro de 2017	20.366

Venda Antecipada de Energia Elétrica

A Cemig GT realizou operações de antecipação de venda de energia, com determinados clientes, sendo que o saldo referente a energia ainda não entregue está demonstrado a seguir:

Consolidado e Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	181.200
Adição	282.601
Realização	(189.355)
Atualização Financeira	37.666
Saldo em 30 de setembro de 2017	312.112
Passivo Circulante	245.367
Passivo Não Circulante	66.745

A receita de venda de energia antecipada somente será reconhecida no resultado quando ocorrer a sua efetiva entrega.

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS a Recuperar	33.393	43.575	32.928	43.569
COFINS	3.640	3.356	3.640	3.356
PASEP	757	695	757	695
Outros	11.074	7.867	11.073	7.866
	48.864	55.493	48.398	55.486
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	15.211	13.869	15.211	13.869
COFINS	451	172	451	172
PASEP	90	829	90	829
	15.752	14.870	15.752	14.870
	64.616	70.363	64.150	70.356

Os créditos de ICMS a recuperar, registrados no ativo não circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e intangível e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS gerados pelas aquisições de máquinas e equipamentos são compensados de forma imediata, na forma da Lei 11.774/08. A transferência para o não circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após setembro de 2018.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações que serão compensadas com Tributos Federais a pagar a serem apurados.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				
Imposto de Renda	118.700	118.500	118.699	118.500
Contribuição Social	60.678	57.964	60.678	57.964
	179.378	176.464	179.377	176.464

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Cemig GT e suas controladas possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais/ base negativa e diferenças temporárias, à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
ATIVO				
Obrigações Pós-Emprego	260.951	247.771	260.951	247.771
Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.925	1.397	6.925	1.397
Provisões	378.848	361.814	378.848	361.814
Tributos com Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308	25.308	25.308
Concessão Onerosa	8.152	8.262	8.152	8.262
Outros	2.628	1.734	2.628	1.734
	682.812	646.286	682.812	646.286
PASSIVO				
Custo Atribuído	(238.171)	(245.214)	(238.171)	(245.214)
Ganho na Indenização sobre Ativos de Transmissão	(666.143)	(516.895)	(666.143)	(516.895)
Custo Aquisição Participações Societárias	(139.118)	(145.572)	(139.118)	(145.572)
Tributos s/ Rendas de Aplicação Financeira não Resgatada	(40)	-	-	-
Outros	(16.276)	(24.779)	(16.276)	(24.134)
	(1.059.748)	(932.460)	(1.059.708)	(931.815)
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(376.936)	(286.174)	(376.896)	(285.529)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(286.174)	(285.529)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(90.762)	(91.367)
Saldo em 30 de setembro de 2017	(376.936)	(376.896)

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Resultado Antes dos Impostos	825.789	802.173	721.947	795.578
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(280.768)	(272.739)	(245.462)	(270.496)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	3.106	3.106	2.424	3.106
Resultado de Equivalência Patrimonial	(65.760)	(46.323)	39.245	7.678
Ganho na Diluição de Participação Societária	7.686	-	7.686	-
Multas Dedutíveis	(99)	-	(99)	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(415)	(450)	(245)	(450)
Diferença Base de Cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	35.927	49.650	-	-
Outros	(59)	(488)	(89)	(487)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(300.382)	(267.244)	(196.540)	(260.649)
Imposto Corrente	(209.620)	(75.704)	(105.173)	(69.964)
Imposto Diferido	(90.762)	(191.540)	(91.367)	(190.685)
	(300.382)	(267.244)	(196.540)	(260.649)
Alíquota Efetiva	36,38%	33,32%	27,22%	32,76%

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/2017	Jul a Set/2016	Jul a Set/2017	Jul a Set/2016
Resultado Antes dos Impostos	66.426	292.693	30.203	287.623
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(22.585)	(99.516)	(10.269)	(97.791)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Incentivos Fiscais	(1.225)	2.054	(1.225)	2.054
Resultado de Equivalência Patrimonial	(60.025)	(5.958)	(23.707)	32.636
Multas Indedutíveis	(28)	-	(28)	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(96)	(21)	(96)	(21)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	-	259	-	259
Diferença Base de Cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	12.402	35.250	-	-
Outros	(14)	(475)	(23)	(474)
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva	(71.571)	(68.407)	(35.348)	(63.337)
Imposto Corrente	(37.199)	(47.150)	833	(42.927)
Imposto Diferido	(34.372)	(21.257)	(36.181)	(20.410)
	(71.571)	(68.407)	(35.348)	(63.337)
Alíquota Efetiva	107,75%	23,37%	117,03%	22,02%

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígios, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Trabalhistas	32.379	28.476	32.379	28.476
Fiscais				
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	14.760	14.099	14.760	14.099
PASEP/COFINS (1)	101.233	101.233	101.233	101.233
IR/INSS - Indenização do Anuênio (2)	62.495	60.126	62.495	60.126
IPTU	6.342	6.089	6.342	6.089
Outros	17.685	8.378	17.685	8.378
	202.515	189.925	202.515	189.925
Outros				
Bloqueio Judicial	426	120	426	120
Regulatórios	3.470	3.213	3.470	3.213
Outros	7.994	7.560	7.994	7.560
	11.890	10.893	11.890	10.893
	246.784	229.294	246.784	229.294

- (1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17.
- (2) Ver detalhes na nota explicativa nº 21 – Provisões (Indenização do Anuênio)

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Transmissão - Indenização a Receber	1.975.775	1.805.230	1.975.775	1.805.230
Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa	473.374	482.281	473.374	482.281
Geração – indenização a receber	1.685.958	546.624	1.685.958	546.624
Geração – Bonificação de outorga	2.321.817	2.253.765	-	-
	6.456.924	5.087.900	4.135.107	2.834.135
Circulante	665.674	332.763	421.106	13.233
Não Circulante	5.791.250	4.755.137	3.714.001	2.820.902

A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	-	-	546.424	1.501.441	2.047.865
Saldo Inicial Para Fins de Consolidação	546.424	1.501.441	2.047.865	-	-	-
Adição	534	53.823	54.357	534	53.823	54.357
Adição - Bonificação Outorga	2.216.353	-	2.216.353	2.216.353	-	2.216.353
Atualização Financeira	351.733	751.101	1.102.834	167.470	751.101	918.571
Recebimentos	(314.321)	(15.482)	(329.803)	(128.796)	(15.482)	(144.278)
Baixas	-	(2.943)	(2.943)	-	(2.943)	(2.943)
Transferências entre Imobilizado/Ativo Financeiro/Intangível	(334)	(429)	(763)	(334)	(429)	(763)
Transferência da Bonificação de Outorga para as SPE's	-	-	-	(2.255.027)	-	(2.255.027)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.800.389	2.287.511	5.087.900	546.624	2.287.511	2.834.135
Adição	-	160.481	160.481	-	160.481	160.481
Atualização Financeira	240.420	146.494	386.914	-	146.494	146.494
Recebimentos	(172.368)	(142.105)	(314.473)	-	(142.105)	(142.105)
Baixas	-	(3.232)	(3.232)	-	(3.232)	(3.232)
Transferência Usinas não renovadas	879.818	-	879.818	879.818	-	879.818
Ajuste Indenização Usinas não renovadas (Portaria 291) – incluindo atualização financeira	259.516	-	259.516	259.516	-	259.516
Saldo em 30 de setembro de 2017	4.007.775	2.449.149	6.456.924	1.685.958	2.449.149	4.135.107

Transmissão - Indenização a Receber

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 16 de agosto de 2016 a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização à Cemig GT.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverão ser atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP (mais detalhes na nota explicativa nº 23 (f)).

Ajuste da BRR dos ativos de transmissão – Nota Técnica Aneel nº 183/2017

Nos processos de revisão tarifária da Cemig GT, homologados em 23 de junho de 2009 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2005) e em 08 de junho de 2010 (com efeitos retroativos a 1º de julho de 2009), alguns cabos condutores, objeto de pleito da Companhia, não estavam incluídos no cálculo tarifário, sendo que a mesma pleiteava a inclusão desses ativos na Base de Remuneração de Ativos e, por consequência, o cálculo retroativo dos valores não considerados nas revisões tarifárias anteriores.

A Aneel julgou devido o pleito da Companhia e calculou as diferenças entre os valores de receita homologados nas revisões tarifárias acima mencionados e os novos valores calculados pela inclusão dos referidos condutores para o período compreendido entre julho de 2005 e dezembro de 2012 e foram atualizadas, tendo sido apurado o valor total de R\$149.255, a preços de julho de 2017, a ser recebido pela Cemig GT durante os próximos doze meses. Em 30 de setembro de 2017 o saldo a receber é de R\$111.941.

Indenização dos ativos de transmissão - liminar obtida por consumidores industriais

Em 10 de abril de 2017, foi concedida tutela antecipada em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Livres, da Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro e da Associação Brasileira dos Produtores de Ferroligas e de Silício Metálico no âmbito do processo judicial promovido por essas entidades em face da Aneel e da União visando a suspensão dos efeitos sobre as suas tarifas do pagamento da indenização dos ativos de transmissão devidos aos agentes do setor elétrico que fizeram a adesão aos termos da Lei 12.783/13.

A tutela antecipada foi em caráter parcial, com efeitos relacionados a suspensão da inclusão nas tarifas dos consumidores dessas Associações da parcela da indenização correspondente a remuneração do custo do capital próprio incorporado desde a prorrogação das concessões.

A Companhia tem a expectativa de realização integral dos créditos a receber referente a indenização dos ativos de transmissão e apurou os seguintes valores como indenização:

Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização	892.050
Atualização Portaria MME nº120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 06/2017	1.033.780
Ajuste da BRR dos Ativos de Transmissão - Nota Técnica Aneel nº 183/2017	149.255
Atualização Financeira	25.894
Recebimentos	(125.204)
Total em 30/09/2017	1.975.775

A Resolução Normativa nº762, de 21 de fevereiro de 2017, definiu os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016. Desta forma, a partir de julho de 2017, a Companhia começou a receber esta indenização.

Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo com o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. Nos períodos entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria. Em 30 de setembro de 2017 o saldo a receber é de R\$473.374.

Geração – Indenização a Receber

Usinas operadas em regime de cotas a partir de 1º de janeiro de 2016

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas pela Companhia. A partir do término da concessão, a Companhia passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não amortizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão e montam R\$616.876, em 30 de setembro de 2017 (R\$546.624 em 31 de dezembro de 2016).

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído
Lote D:				
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
PCH Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
Outras:				
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.621	70.252
		1.060	134.621	616.876

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015, inclusive o da Usina de Volta Grande, cujo contrato de concessão venceu em 23 de fevereiro de 2017. A Companhia não espera perdas na realização deste ativo.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas do Lote D passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos.

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D. A partir de 05 de janeiro de 2016, com a assinatura dos Contratos de Concessão, os ativos passaram a ser operados em conformidade aos termos do referido Leilão.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4, em 27 de setembro de 2017, a usina Volta Grande também foi leiloada pelo Governo Federal e a transferência dos ativos da operação da usina não poderá ultrapassar 180 dias da data de assinatura dos novos contratos de concessão.

Bonificação por outorga – Concessões de geração

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes às 18 usinas hidrelétricas do Lote D do Leilão nº 12/2015, vencido pela Cemig GT, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos – SPE's, subsidiárias integrais da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

SPE	Usinas	Saldo em 31/12/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 30/09/2017
Cemig Geração Três Marias S.A.	Três Marias	1.283.197	129.986	(92.612)	1.320.571
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Salto Grande	402.639	40.973	(29.207)	414.405
Cemig Geração Itutinga S.A.	Itutinga	149.904	17.193	(12.418)	154.679
Cemig Geração Camargos S.A.	Camargos	112.447	12.809	(9.244)	116.012
Cemig Geração Sul S.A.	Coronel Domiciano, Joasal, Marmelos, Paciência e Piau	146.553	17.884	(13.007)	151.430
Cemig Geração Leste S.A.	Dona Rita, Ervália, Neblina, Peti, Sinceridade e Tronqueiras	99.315	13.424	(9.876)	102.863
Cemig Geração Oeste S.A.	Cajurú, Gafanhoto e Martins	59.710	8.151	(6.004)	61.857
Total		2.253.765	240.420	(172.368)	2.321.817

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R\$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

Em 2016, toda a energia das usinas foi comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física. A partir de 2017, a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Usinas de Miranda e São Simão

Em 03 de agosto de 2017, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 291 estabelecendo os valores de indenização das Usinas Hidrelétricas São Simão e Miranda, cujas concessões venceram em janeiro de 2015 e dezembro de 2016 respectivamente.

A Portaria prevê o pagamento da indenização até 31 de dezembro de 2018, após o recebimento pela União do pagamento a título de bonificação pela outorga resultante da licitação das concessões das usinas pelos vencedores da licitação. O valor da indenização deverá ser atualizado pelo IPCA até a data de assinatura do Contrato de Concessão pelo vencedor da licitação da concessão das usinas e pela SELIC para títulos federais a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão até a data do efetivo pagamento da indenização.

Os valores do Projeto Básico das usinas foram transferidos para a conta de indenização a receber e atualizados monetariamente, conforme segue:

Usinas	Término da concessão	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 30/09/17	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 30/09/17	Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico com base no Custo Atribuído em 30/09/17 (A)	Ajuste ¹ (B)	Valores Portaria MME (A) + (B)	Atualização (C)	Saldo líquido dos ativos do Projeto Básico em 30/09/17 (A) + (B) + (C)
Miranda	dez/16	750.836	629.368	606.822	177.330	784.152	13.978	798.130
São Simão	jan/15	61.959	205.987	202.744	40.855	243.599	27.353	270.952
		812.795	835.355	809.566	218.185	1.027.751	41.331	1.069.082

(1) Ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17, que somado à atualização de R\$41.331, corresponde ao ajuste total de R\$259.516.

A Companhia está discutindo junto ao Ministério de Minas e Energia os critérios utilizados para a definição dos valores informados na Portaria nº 291/17, assim como o fato desta não ter levado em consideração o saldo não amortizado da usina Jaguará no montante de R\$169.822 e os saldos de investimentos realizados após a entrada em operação das usinas São Simão e Miranda nos montantes de R\$3.243 e R\$22.546, respectivamente, sem a atualização.

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Coligadas				
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	559.337	643.890	559.337	643.890
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	603.973	677.182	603.973	677.182
Controladas em conjunto				
Hidrelétrica Cachoeirão	56.720	50.411	56.720	50.411
Guanhães Energia	25.172	-	25.172	-
Hidrelétrica Pipoca	33.753	31.809	33.753	31.809
Lightger	41.254	41.543	41.254	41.543
Baguari Energia	145.719	162.106	145.719	162.106
Central Eólica Praias Parajuru	61.608	63.307	61.608	63.307
Central Eólica Volta do Rio	75.789	81.228	75.789	81.228
Central Eólica Praias de Morgado	55.595	59.586	55.595	59.586
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	567.829	527.498	567.829	527.498
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	850.743	781.022	850.743	781.022
Aliança Geração	1.307.456	1.319.055	1.307.456	1.319.055
Retiro Baixo	159.126	161.848	159.126	161.848
Renova	622.725	688.625	622.725	688.625
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.733	2.782	2.733	2.782
Controladas				
Cemig Baguari	-	-	37	55
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	-	1.351.400	1.399.282
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	-	426.783	440.148
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	-	163.215	167.962
Cemig Geração Camargos S.A.	-	-	123.231	125.995
Cemig Geração Sul S.A.	-	-	160.238	165.133
Cemig Geração Leste S.A.	-	-	110.117	113.976
Cemig Geração Oeste S.A.	-	-	66.594	69.375
Total do Investimento	5.169.532	5.291.892	7.571.147	7.773.818
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	(59.071)	-	(59.071)
Total	5.169.532	5.232.821	7.571.147	7.714.747

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio, que refere-se a coligada com influência significativa.

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

	Controladora 31/12/2015	Amortização	Controladora e Consolidado 30/09/2016	Controladora e Consolidado 31/12/2016	Amortização	Controladora e Consolidado 30/09/2017
Renova (1)	805.458	(32.076)	773.382	-	-	-
Retiro Baixo	30.706	(888)	29.818	29.525	(888)	28.637
Central Eólica Praias de Parajuru	20.868	(1.146)	19.722	19.341	(1.146)	18.195
Central Eólica Volta do Rio	14.818	(756)	14.062	13.807	(756)	13.051
Central Eólica Praias de Morgado	29.461	(1.542)	27.919	27.406	(1.542)	25.864
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	163.296	(4.467)	158.829	157.340	(4.467)	152.873
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	58.489	(1.479)	57.010	56.518	(1.479)	55.039
	1.123.096	(42.354)	1.080.742	303.937	(10.278)	293.659

(1) Em 31 de dezembro de 2016, ocorreu um ajuste para baixa do ativo intangível de concessão em função de dificuldades financeiras da Renova.

b) A movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Consolidado	31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos	Resultado Abrangente	Outros	30/09/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	8.950	-	(2.641)	-	-	56.720
Guanhães Energia (1)	-	(2.037)	86.280	-	-	(59.071)	25.172
Hidrelétrica Pipoca	31.809	3.228	-	(1.284)	-	-	33.753
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	643.890	(84.553)	-	-	-	-	559.337
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	677.182	(73.209)	-	-	-	-	603.973
Baguari Energia	162.106	13.887	-	(30.274)	-	-	145.719
Central Eólica Praias Parajuru	63.307	(1.293)	-	(406)	-	-	61.608
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(5.439)	-	-	-	-	75.789
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(3.991)	-	-	-	-	55.595
Lightger	41.543	2.280	-	(2.569)	-	-	41.254
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	781.022	(6.965)	76.686	-	-	-	850.743
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	527.498	(6.376)	46.707	-	-	-	567.829
Aliança Geração	1.319.055	39.977	-	(51.576)	-	-	1.307.456
Retiro Baixo	161.848	8.460	-	(11.182)	-	-	159.126
Renova	688.625	(50.048)	18.000	-	(33.852)	-	622.725
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	(581)	532	-	-	-	2.733
Total do Investimento	5.291.892	(157.710)	228.205	(99.932)	(33.852)	(59.071)	5.169.532
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	5.232.821	(157.710)	228.205	(99.932)	(33.852)	-	5.169.532

(1) Transferência de passivo a descoberto.

Controladora	31/12/2016	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	Resultado Abrangente	Outros	30/09/2017
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	8.950	-	(2.641)	-	-	56.720
Guanhães Energia (1)	-	(2.037)	86.280	-	-	(59.071)	25.172
Hidrelétrica Pipoca	31.809	3.228	-	(1.284)	-	-	33.753
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	643.890	(84.553)	-	-	-	-	559.337
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	677.182	(73.209)	-	-	-	-	603.973
Baguari Energia	162.106	13.887	-	(30.274)	-	-	145.719
Central Eólica Praias Parajuru	63.307	(1.293)	-	(406)	-	-	61.608
Central Eólica Volta do Rio	81.228	(5.439)	-	-	-	-	75.789
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	(3.991)	-	-	-	-	55.595
Lightger	41.543	2.280	-	(2.569)	-	-	41.254
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	781.022	(6.965)	76.686	-	-	-	850.743
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	527.498	(6.376)	46.707	-	-	-	567.829
Aliança Geração	1.319.055	39.977	-	(51.576)	-	-	1.307.456
Retiro Baixo	161.848	8.460	-	(11.182)	-	-	159.126
Renova	688.625	(50.048)	18.000	-	(33.852)	-	622.725
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	(581)	532	-	-	-	2.733
Cemig Baguari	55	(18)	-	-	-	-	37
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.399.282	139.267	-	(187.149)	-	-	1.351.400
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	440.148	48.891	-	(62.256)	-	-	426.783
Cemig Ger. Itutinga S.A.	167.962	29.346	-	(34.093)	-	-	163.215
Cemig Geração Camargos S.A.	125.995	23.863	-	(26.627)	-	-	123.231
Cemig Geração Sul S.A.	165.133	29.342	-	(34.237)	-	-	160.238
Cemig Geração Leste S.A.	113.976	23.939	-	(27.798)	-	-	110.117
Cemig Geração Oeste S.A.	69.375	14.207	-	(16.988)	-	-	66.594
Total do Investimento	7.773.818	151.127	228.205	(489.080)	(33.852)	(59.071)	7.571.147
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto (1)	(59.071)	-	-	-	-	59.071	-
Total	7.714.747	151.127	228.205	(489.080)	(33.852)	-	7.571.147

(1) Transferência de passivo a descoberto.

Consolidado	31/12/2015 Controladora	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	Resultado Abrangente	Outros	30/09/2016 Consolidado
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	8.604	-	(1.555)	-	-	47.893
Guanhães Energia	18.444	(17.542)	23.540	-	-	-	24.442
Hidrelétrica Pipoca	26.237	3.979	-	-	-	-	30.216
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	675.983	(28.789)	39.000	-	-	-	686.194
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	703.403	(27.873)	40.139	-	-	(2.680)	712.989
Baguari Energia	187.227	24.422	-	3.248	-	-	214.897
Central Eólica Praias Parajuru	63.045	703	-	(25)	-	-	63.723
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(2.807)	-	(35)	-	-	82.259
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(1.638)	-	(45)	-	-	60.388
Lightger	37.455	3.684	-	-	-	-	41.139
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	495.768	(716)	235.109	-	-	-	730.161
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	354.284	(6.232)	145.588	-	-	-	493.640
Aliança Geração	1.327.246	85.706	-	(64.790)	-	-	1.348.162
Retiro Baixo	147.905	12.689	-	-	-	-	160.594
Renova	1.527.435	(209.416)	240.000	-	19.330	-	1.577.349
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	1.374	-	-	-	1.374
	5.752.448	(155.226)	724.750	(63.202)	19.330	(2.680)	6.275.420

Controladora	31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	Resultado Abrangente	Outros	30/09/2016
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	8.604	-	(1.555)	-	-	47.893
Guanhães Energia	18.444	(17.542)	23.540	-	-	-	24.442
Hidrelétrica Pipoca	26.237	3.979	-	-	-	-	30.216
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	675.983	(28.789)	39.000	-	-	-	686.194
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	703.403	(27.873)	40.139	-	-	(2.680)	712.989
Baguari Energia	187.227	24.422	-	3.248	-	-	214.897
Central Eólica Praias Parajuru	63.045	703	-	(25)	-	-	63.723
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(2.807)	-	(35)	-	-	82.259
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(1.638)	-	(45)	-	-	60.388
Lightger	37.455	3.684	-	-	-	-	41.139
Amazônia Energia (usina de Belo Monte)	495.768	(716)	235.109	-	-	-	730.161
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	354.284	(6.232)	145.588	-	-	-	493.640
Aliança Geração	1.327.246	85.706	-	(64.790)	-	-	1.348.162
Retiro Baixo	147.905	12.689	-	-	-	-	160.594
Renova	1.527.435	(209.416)	240.000	-	19.330	-	1.577.349
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	1.374	-	-	-	1.374
Cemig Baguari	-	(23)	55	-	-	-	32
Cemig Ger.Três Marias S.A.	-	82.863	1.291.423	-	-	-	1.374.286
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	-	25.444	405.268	-	-	-	430.712
Cemig Ger. Itutinga S.A.	-	12.254	151.309	-	-	-	163.563
Cemig Geração Camargos S.A.	-	9.178	113.499	-	-	-	122.677
Cemig Geração Sul S.A.	-	12.544	148.147	-	-	-	160.691
Cemig Geração Leste S.A.	-	9.941	100.568	-	-	-	110.509
Cemig Geração Oeste S.A.	-	6.626	60.595	-	-	-	67.221
	5.752.448	3.601	2.995.614	(63.202)	19.330	(2.680)	8.705.111

c) As principais informações sobre as coligadas, controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 30 de setembro de 2017			Em 31 de dezembro de 2016		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Coligadas							
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	9.546.672	5.573.287	18,13	10.151.952	6.418.617
Controladas em conjunto							
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	115.755	49,00	35.000	102.880
Guanhães Energia	330.536.000	49,00	330.536	51.371	49,00	185.647	-
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	68.884	49,00	41.360	64.916
Baguari Energia (1)	26.157.300.278	69,39	186.573	210.000	69,39	186.573	247.662
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	88.598	49,00	70.560	88.897
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	128.037	49,00	117.230	136.886
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	60.676	49,00	52.960	65.128
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	84.192	49,00	79.232	84.781
Aliança Norte (usina de Belo Monte)	38.261.538.617	49,00	1.109.355	1.046.510	49,00	1.014.111	1.076.527
Amazônia Energia (usina de Belo Monte) (1)	1.176.194.023	74,50	1.218.672	1.141.937	74,50	1.115.739	1.048.351
Aliança Geração	1.291.582.500	45,00	1.291.488	2.905.457	45,00	1.291.488	1.972.519
Retiro Baixo	222.850.000	49,90	222.850	261.501	49,90	222.850	263.680
Renova	417.197.244	36,23	2.960.776	1.718.810	34,15	2.856.255	1.955.598
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.677.000	49,00	6.762	5.578	49,00	5.677	5.677
Controladas							
Cemig Baguari	1.000	100,00	1	37	100,00	1	55
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.351.400	100,00	1.291.423	1.410.411
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	426.783	100,00	405.268	443.914
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	163.215	100,00	151.309	169.812
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	123.231	100,00	113.499	127.320
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	160.238	100,00	148.147	167.155
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	110.117	100,00	100.569	115.795
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	66.594	100,00	60.595	70.137

(1) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Em 30 de setembro de 2017, o passivo circulante de algumas controladas em conjunto estava superior ao ativo circulante, conforme segue:

Madeira Energia (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$2.164.237, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para contingências”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a decisão favorável da ANEEL para reverter no passivo a conta FID (Fator Disponibilidade) e liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida que serão substituídos por fiança bancária, com a geração operacional de caixa e o equacionamento dos recursos aportados por certos acionistas através de decisão da AGE e que, portanto, não são exigíveis imediatamente.

Renova Energia: No período de janeiro a setembro de 2017, a Renova Energia apresentou prejuízos acumulados de R\$1.255.587, bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes em R\$1.273.273 (consolidado) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos de construção dos parques eólicos e solares. Os principais motivos para esse cenário são: a) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do complexo eólico Alto Sertão III; e b) atraso na liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES.

Diante deste cenário, a Renova vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. A seguir estão relacionadas as ações e o plano da Renova:

- (1) Em 3 de agosto de 2017, com o fechamento da venda dos parques do Alto Sertão II para a AES Tietê Energia, a Renova quitou o saldo das debêntures e transferiu o saldo da dívida desses parques, (R\$1.115.750, em 30 de junho de 2017), reduzindo seu endividamento em R\$1.480.684;
- (2) A Renova está em entendimentos com o BNDES para assinatura do contrato de financiamento de longo prazo, no montante aproximado de R\$900.000 que irá substituir o empréstimo-ponte tomado e registrado no passivo circulante até 30 de setembro de 2017 no montante de R\$860.149 (principal e encargos), e o restante será utilizado para as obras relacionadas ao projeto Alto Sertão III – Fase A. Uma vez que o longo prazo seja contratado, parte do passivo circulante será reclassificado para o não circulante. Até o momento, já foram investidos no Alto Sertão III – Fase A o montante de R\$2,1 bilhões, que corresponde a 87% (informação não revisada pelos auditores independentes) da compleição física da obra, sem que houvesse liberação de financiamento de longo prazo do BNDES;
- (3) Os acionistas continuam empenhados em suportar financeiramente para que a Renova alcance o reequilíbrio de liquidez e em 2017 já efetuaram aportes de R\$62.764;
- (4) Otimização do portfólio de contratos com cancelamento permanente de 210 MWm de projetos;
- (5) Como alternativa para viabilização de novos recursos, existe a possibilidade de otimização do portfólio, venda de projetos e/ou ativos operacionais, bem como a entrada de novos acionistas.

A Administração da Renova Energia entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Renova Energia.

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (“MESA”) e do FIP Melbourne

A Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.) de R\$1.163.310 em 30 de setembro de 2017 (R\$1.321.072 em 31 de dezembro de 2016).

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizavam, em 30 de setembro de 2017, R\$21.850.585 (consolidado MESA), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir de janeiro de 2017, quando entraram em operação todas as unidades geradoras da entidade.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.

Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a SAAG Investimentos S.A. (SAAG), empresa veículo através da qual a Companhia possui participação indireta na MESA, iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade.

Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o *impairment* e registrou Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), no valor de R\$678.551, nas suas Informações Contábeis Intermediárias de 30 de setembro de 2017.

Para dirimir a questão da responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento dos custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a Controlada requereu, perante a International Chamber of Commerce (“ICC”), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Este processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

Opção de Venda SAAG

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo, contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No quarto trimestre de 2016 a Companhia alterou a metodologia utilizada na mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG, passando a adotar o modelo Black-Scholes-Merton (“BSM”) em detrimento do modelo de fluxo de caixa descontado decrescido do preço de exercício da opção de venda. Essa modificação ocorre em linha com as melhores práticas do mercado, uma vez que a metodologia de BSM não só calcula a diferença entre o preço de exercício da opção e o valor da ação, trazidos à valor presente, mas também incorpora um importante componente aleatório que pondera esses valores.

Foi considerado como hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 30 de setembro de 2017 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Informações Contábeis Intermediárias da Companhia um passivo no valor de R\$264.138 (R\$196.173 em 31 de dezembro de 2016), referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	147.614
Saldo Inicial para fins de consolidação	147.614	-
Varição do valor justo	29.488	29.488
Saldo em 30 de setembro de 2016	177.102	177.102
Saldo em 31 de dezembro de 2016	196.173	196.173
Varição do valor justo	73.299	73.299
Reversões	(5.334)	(5.334)
Saldo em 30 de setembro de 2017	264.138	264.138

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou cenários de taxa de juros livre de risco de 6,19% a 10,19% ao ano e volatilidade entre 16% e 76% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$226.188 e R\$341.307, respectivamente.

Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL nº 595/2013 e no Contrato de Concessão 01/2010-MME da UHE Belo Monte”. A probabilidade de perda foi classificada como possível pelos assessores jurídicos da NESA, e o valor da perda estimada em Belo Monte até 30 de setembro de 2017 é de R\$250.316.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos prospectivamente nas demonstrações contábeis da Companhia.

Investimento na Renova Energia S.A. (“Renova”)

Investimento na Terraform

A Renova possuía investimentos em ações classe A (GLBL) da TerraForm (“Ações TERG”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda, registrado ao valor justo, baseado na cotação de preço de mercado das ações em bolsa de valores (NASDAQ), cujos ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações foram registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes.

No período de janeiro a setembro de 2017 ocorreu um ajuste positivo de R\$73.224 (R\$26.470 de impacto na Cemig GT), reconhecido em outros resultados abrangentes na Renova. No período de janeiro a setembro de 2016, a investida registrou perda no valor de R\$271.509 (R\$74.258 de impacto na Cemig GT) em função da volatilidade negativa no período na cotação das ações da Terraform, com base no valor das ações no mercado.

Em 15 de maio de 2017, a Renova e a Brookfield Asset Management (“Brookfield”), por meio do seu veículo Orion US Holding 1 L.P., assinaram o Contrato de Compra e Venda das ações que a investida detinha na TerraForm Global Inc. (“TerraForm Global”). O preço total de aquisição foi de R\$305.766, com o fechamento da operação em 03 de julho de 2017, após a conclusão de determinadas condições precedentes.

Em junho de 2017, a Renova celebrou acordo com a TerraForm Global (SunEdison) no qual as partes concordam em encerrar o processo de arbitragem que havia entre as partes mediante compensações à Renova de R\$48.559 que foi paga juntamente com a liquidação financeira da alienação das ações da Terraform.

Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos

Para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, a Renova efetuou uma revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado, o qual resultou em uma perda de R\$119.681 (R\$43.360 de impacto na Cemig GT) nos parques do Alto Sertão III – Fase A, a qual foi registrada no resultado do período.

Concessão de Direito de Exclusividade

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de julho de 2017, a Companhia aprovou e orientou o voto favorável de seus representantes na reunião do Conselho de Administração da investida Renova Energia S.A. (“Renova”), também realizada em 17 de julho de 2017, para aprovação da concessão do direito de exclusividade à Brookfield Energia Renovável S.A. incluindo a realização de *due diligence* e negociação dos documentos finais para um aporte primário na Renova e venda da participação da Light Energia na Renova, conforme proposto em oferta não vinculante. A exclusividade, concedida naquela época por um período de 60 dias, contados a partir de 17 de julho de 2017 e renovada por mais 30 dias, encerrou-se em 17 de outubro de 2017. Tal fato não altera o estágio da negociação com a Brookfield para a realização da citada operação.

Venda de ativos – Complexo Eólico Umburanas

Em 23 de agosto de 2017, a Renova assinou contrato de Cessão de Direitos, Obrigações e Outras Avenças do Complexo Eólico Umburanas, com capacidade instalada total de 605 MW, com a Engie Brasil S.A. (“Engie”). O preço base da transação é de R\$15.000, sujeitos a ajustes caso sejam satisfeitas determinadas condições precedentes da transação.

Em 24 de outubro de 2017, durante a 40ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2017 da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), foi aprovada a transferência do Complexo Eólico Umburanas para a Engie.

Porém, como a negociação envolvia o pedido de cancelamento de 4 outorgas deste mesmo Complexo, restou decidido (i) pela aplicação de uma penalidade de R\$3,8 milhões à Renova e (ii) pela suspensão do direito da Renova de contratar ou participar de licitações promovidas pela ANEEL pelo período de 1 ano. Os controladores da Renova não serão afetados pela decisão.

14. IMOBILIZADO

Consolidado	30/09/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.367.092	(4.270.115)	2.096.977	10.755.092	(7.701.311)	3.053.781
Terrenos	220.740	(12.939)	207.801	282.027	(7.572)	274.455
Reservatórios, barragens e adutoras	3.049.345	(1.958.118)	1.091.227	5.072.162	(3.482.159)	1.590.003
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.024.795	(736.340)	288.455	1.711.893	(1.342.445)	369.448
Máquinas e equipamentos	2.030.128	(1.526.678)	503.450	3.646.916	(2.834.167)	812.749
Veículos	28.712	(25.331)	3.381	28.712	(24.487)	4.225
Móveis e utensílios	13.372	(10.709)	2.663	13.382	(10.481)	2.901
Em Curso	99.884	-	99.884	116.371	-	116.371
Ativos em formação	99.884	-	99.884	116.371	-	116.371
Imobilizado líquido	6.466.976	(4.270.115)	2.196.861	10.871.463	(7.701.311)	3.170.152

Controladora	30/09/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Valor Líquido	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço	6.365.725	(4.270.065)	2.095.660	10.755.092	(7.701.311)	3.053.781
Terrenos	220.740	(12.939)	207.801	282.027	(7.572)	274.455
Reservatórios, barragens e adutoras	3.049.345	(1.958.118)	1.091.227	5.072.162	(3.482.159)	1.590.003
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.024.795	(736.340)	288.455	1.711.893	(1.342.445)	369.448
Máquinas e equipamentos	2.028.761	(1.526.628)	502.133	3.646.916	(2.834.167)	812.749
Veículos	28.712	(25.331)	3.381	28.712	(24.487)	4.225
Móveis e utensílios	13.372	(10.709)	2.663	13.382	(10.481)	2.901
Em Curso	97.796	-	97.796	114.599	-	114.599
Ativos em formação	97.796	-	97.796	114.599	-	114.599
Imobilizado líquido	6.463.521	(4.270.065)	2.193.456	10.869.691	(7.701.311)	3.168.380

A movimentação do imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V. Grande/Jaguara /Miranda (1)	Transferência	Baixa	Depreciação	30/09/2017
Em serviço	3.053.781	-	(868.652)	34.563	(4.997)	(117.718)	2.096.977
Terrenos	274.455	-	(61.287)	-	-	(5.367)	207.801
Reservatórios, barragens e adutoras	1.590.003	-	(440.923)	308	303	(58.464)	1.091.227
Edificações, obras civis e benfeitorias	369.448	-	(68.971)	668	-	(12.690)	288.455
Máquinas e equipamentos	812.749	-	(297.471)	33.587	(5.300)	(40.115)	503.450
Veículos	4.225	-	-	-	-	(844)	3.381
Móveis e utensílios	2.901	-	-	-	-	(238)	2.663
Em curso	116.371	20.268	(130)	(34.563)	(2.062)	-	99.884
Imobilizado líquido	3.170.152	20.268	(868.782)	-	(7.059)	(117.718)	2.196.861

(1) Valores transferidos para a rubrica de ativos de concessão de geração e ativos financeiros da concessão referentes às usinas Jaguara, Miranda e Volta Grande (mais detalhes na nota explicativa nº 4).

Controladora	Saldo em 31/12/2016	Adição	Usinas V. Grande/Jaguara /Miranda (1)	Transferência	Baixa	Depreciação	30/09/2017
Em serviço	3.053.781	-	(868.652)	33.196	(4.997)	(117.668)	2.095.660
Terrenos	274.455	-	(61.287)	-	-	(5.367)	207.801
Reservatórios, barragens e adutoras	1.590.003	-	(440.923)	308	303	(58.464)	1.091.227
Edificações, obras civis e benfeitorias	369.448	-	(68.971)	668	-	(12.690)	288.455
máquinas e equipamentos	812.749	-	(297.471)	32.220	(5.300)	(40.065)	502.133
veículos	4.225	-	-	-	-	(844)	3.381
Móveis e utensílios	2.901	-	-	-	-	(238)	2.663
Em curso	114.599	18.585	(130)	(33.196)	(2.062)	-	97.796
Imobilizado líquido	3.168.380	18.585	(868.782)	-	(7.059)	(117.668)	2.193.456

(1) Valores transferidos para a rubrica de Ativos de Concessão de Geração, referentes às Usinas Jaguara e Miranda, (mais detalhes na nota explicativa nº 4) e para Ativos Financeiros da Concessão, referentes à Usina Volta Grande.

	Controladora 31/12/2015	Adição	Capitalização/ Transferência	Baixa	Depreciação	Consolidado e Controladora 30/09/2016
Em serviço						
Terrenos	274.064	-	89	(1)	(2.211)	271.941
Reservatórios, barragens e adutoras	1.650.430	-	26.797	-	(67.954)	1.609.273
Edificações, obras civis e benfeitorias	385.042	-	4.350	-	(15.906)	373.486
Máquinas e equipamentos	819.046	-	42.819	(257)	(49.738)	811.870
Veículos	8.075	-	(1.518)	(58)	(1.941)	4.558
Móveis e utensílios	3.936	-	(718)	(1)	(178)	3.039
	3.140.593	-	71.819	(317)	(137.928)	3.074.167
Em curso	167.083	19.293	(71.393)	(4.132)	-	110.851
Imobilizado líquido	3.307.676	19.293	426	(4.449)	(137.928)	3.185.018

A taxa de depreciação média anual da Companhia, na atividade Geração é de 3,39%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Geração	Vida Útil (anos)	(%)	Administração	Vida Útil (anos)	(%)
Reservatório, barragem e adutora	50	2,00	Equipamento Geral De Informática	6	16,67
Edificação - casa de força	50	2,00	Veículos	7	14,29
Gerador	30	3,33	Equipamento Geral	16	6,25
Transformador de força	35	2,86	-	-	-
Painel, mesa de comando e cubículo	28	3,57	-	-	-
Turbina hidráulica	40	2,50	-	-	-
Conduto forçado	32	3,13	-	-	-

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 e 15, a Companhia transferiu para o ativo não circulante os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e em fevereiro de 2017 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente.

Consórcio

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de Ativo Imobilizado e Intangível apresentadas.

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	30/09/2017	31/12/2016
Em serviço				
Usina de Queimado	82,50	3,73	217.061	217.061
Depreciação acumulada			(86.260)	(81.911)
Total em operação			130.801	135.150
Em curso				
Usina de Queimado	82,50	-	233	233
Total em construção			233	233

15. INTANGÍVEIS

Composição de saldo em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Consolidado e Controladora	30/09/2017			31/12/2016		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço	88.748	(65.522)	23.226	88.214	(61.682)	26.532
Servidão	11.451	(1.820)	9.631	11.451	(1.315)	10.136
Concessão Onerosa	19.169	(11.082)	8.087	19.169	(10.572)	8.597
Outros	58.128	(52.620)	5.508	57.594	(49.795)	7.799
Em Curso	9.119	-	9.119	9.220	-	9.220
Ativos em formação	9.119	-	9.119	9.220	-	9.220
Intangível Líquido	97.867	(65.522)	32.345	97.434	(61.682)	35.752

Movimentação do ativo intangível

Consolidado e Controladora	31/12/2016	Adição	Usinas V.Grande/Jaguara/Miranda	Capitalização/Transferência	Baixa	Amortização	30/09/2017
Em serviço	26.532	-	(80)	614	-	(3.840)	23.226
Servidão	10.136	-	-	-	-	(505)	9.631
Concessão onerosa	8.597	-	-	-	-	(510)	8.087
Outros	7.799	-	(80)	614	-	(2.825)	5.508
Em Curso	9.220	528	-	(614)	(15)	-	9.119
Ativos em formação	9.220	528	-	(614)	(15)	-	9.119
Total	35.752	528	(80)	-	(15)	(3.840)	32.345

	Controladora 31/12/2015	Adição	Capitalização / Transferência	Amortização	Consolidado e Controladora 30/09/2016
Em serviço	27.834	-	3.337	(3.540)	27.631
Servidão	10.136	-	-	-	10.136
Concessão onerosa	9.275	-	-	(509)	8.766
Outros	8.423	-	3.337	(3.031)	8.729
Em Curso	8.275	2.391	(3.337)	-	7.329
Ativos em formação	8.275	2.391	(3.337)	-	7.329
Total	36.109	2.391	-	(3.540)	34.960

A taxa de amortização média anual é de 12,08%, considerando a vida útil dos ativos relacionados.

Os ativos intangíveis, concessão onerosa e outros são amortizáveis pelo método linear e considerando o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

16. FORNECEDORES

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Suprimento e transporte de energia elétrica	466.827	328.341	453.335	327.034
Materiais e serviços	30.755	48.697	28.747	45.670
	497.582	377.038	482.082	372.704

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante				
ICMS (1)	48.874	46.156	45.303	46.150
PASEP	4.868	6.100	4.217	5.617
COFINS	22.568	28.241	19.562	26.007
INSS	3.038	5.699	3.035	4.644
ISSQN	940	1.564	890	1.489
Outros	4.312	49.017	3.722	48.956
	84.600	136.777	76.729	132.863
Não Circulante				
PASEP	18.058	18.058	18.058	18.058
COFINS	83.175	83.175	83.175	83.175
	101.233	101.233	101.233	101.233
	185.833	238.010	177.962	234.096

As obrigações de longo prazo de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses tributos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal – STF decidiu, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia. A Companhia aguarda os resultados advindos de uma eventual modulação pelo STF dos efeitos da decisão para então mensurar e refletir os mesmos em suas demonstrações financeiras.

1) Plano de Regularização de Créditos Tributários – PRCT

Do saldo total de ICMS a recolher em 30 de setembro de 2017, R\$29.951 refere-se aos efeitos da adesão no trimestre pela Companhia ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais para quitação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, nos montantes atualizados e líquidos das reduções de multa e juros previstos na Lei Estadual nº 22.549 e decretos posteriores que instituíram as condições do parcelamento de débitos tributários.

A questão tributária que implicou na adesão da Companhia ao PRCT está relacionada ao recolhimento de ICMS relativo às operações de transferências de energia recebida de Consórcio, onde existia entendimento divergente da autoridade tributária em relação ao momento do recolhimento. O montante de R\$29.951, líquido da redução de 95% nos juros e multas, foi liquidado à vista em 31 de outubro de 2017 e os seus efeitos foram reconhecidos no resultado do período findo em 30 de setembro de 2017 no grupo de deduções de vendas.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 30/09/2017			Consolidado 31/12/2016
				Circulante	Não Circulante	Total	
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	Euro	3.967	2.162	6.129	7.416
Dívida em Moeda Estrangeira				3.967	2.162	6.129	7.416
MOEDA NACIONAL							
Nota Promissória – 7ª Emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	588.319	-	588.319	667.143
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	153.650	-	153.650	150.683
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	295.581	270.000	565.581	554.748
Banco do Brasil S.A.	2018	132,90% do CDI	R\$	290.442	149.317	439.759	583.043
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R\$	13.786	119.961	133.747	121.601
FINEP	2018	TJLP+5% e TJLP+8%	R\$	3.145	-	3.145	5.504
BNDES	2026	TJLP+2,34%	R\$	8.065	61.361	69.426	73.389
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				(4.028)	-	(4.028)	-
Dívida em Moeda Nacional				1.349.145	600.639	1.949.784	2.156.296
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.353.112	602.801	1.955.913	2.163.712
Debêntures							
Debêntures – 1ª Série – 3ª Emissão (1)	2017	CDI + 0,90%	R\$	-	-	-	543.208
Debêntures – 2ª Série – 3ª Emissão (1)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	152.272	141.923	294.195	293.121
Debêntures – 3ª Série – 3ª Emissão (1)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	35.809	950.808	986.617	983.506
Debêntures – 1ª Série – 5ª Emissão (1)	2018	CDI + 1,70%	R\$	844.159	700.000	1.544.159	1.411.295
Debêntures – 1ª Série – 6ª Emissão (1)	2018	CDI + 1,60%	R\$	495.573	-	495.573	1.037.973
Debêntures – 2ª Série – 6ª Emissão (1)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	475	30.658	31.133	31.117
Debêntures – 1ª Série – 7ª Emissão (1)	2021	140,00% do CDI	R\$	(5.042)	2.210.853	2.205.811	2.196.841
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				(1.111)	(957)	(2.068)	(27.102)
Total de Debêntures				1.522.135	4.033.285	5.555.420	6.469.959
Total Geral				2.875.247	4.636.086	7.511.333	8.633.671

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 26.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 30/09/2017			Controladora 31/12/2016
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
KFW	2019	1,78%	Euro	3.967	2.162	6.129	7.416
Dívida em Moeda Estrangeira				3.967	2.162	6.129	7.416
MOEDA NACIONAL							
Nota Promissória – 7ª Emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	588.319	-	588.319	667.143
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	153.650	-	153.650	150.683
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	295.581	270.000	565.581	554.748
Banco do Brasil S.A.	2018	132,90% do CDI	R\$	290.442	149.317	439.759	583.043
Banco da Amazônia S.A.	2018	CDI + 1,90%	R\$	13.786	119.961	133.747	121.601
FINEP	2018	TJLP+5% e TJLP+8%	R\$	3.145	-	3.145	5.504
BNDES	2026	TJLP+2,34%	R\$	8.065	61.361	69.426	73.389
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	185	-	185	185
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				(193)	-	(193)	-
Dívida em Moeda Nacional				1.352.980	600.639	1.953.619	2.156.296
Total de Empréstimos e Financiamentos				1.356.947	602.801	1.959.748	2.163.712
Debêntures							
Debêntures – 1ª Série – 3ª Emissão (1)	2017	CDI + 0,90%	R\$	-	-	-	543.208
Debêntures – 2ª Série – 3ª Emissão (1)	2019	IPCA + 6,00%	R\$	152.272	141.923	294.195	293.121
Debêntures – 3ª Série – 3ª Emissão (1)	2022	IPCA + 6,20%	R\$	35.809	950.808	986.617	983.506
Debêntures – 1ª Série – 5ª Emissão (1)	2018	CDI + 1,70%	R\$	844.159	700.000	1.544.159	1.411.295
Debêntures – 1ª Série – 6ª Emissão (1)	2018	CDI + 1,60%	R\$	495.573	-	495.573	1.037.973
Debêntures – 2ª Série – 6ª Emissão (1)	2020	IPCA + 8,07%	R\$	475	30.658	31.133	31.117
Debêntures – 1ª Série – 7ª Emissão (1)	2021	140,00% do CDI	R\$	(5.042)	2.210.853	2.205.811	2.196.841
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				(53)	(46)	(99)	(17.188)
Total de Debêntures				1.523.193	4.034.196	5.557.389	6.479.873
Total Geral				2.880.140	4.636.997	7.517.137	8.643.585

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 26.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

Consolidado	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Euro	1.997	3.939	193	-	-	-	-	-	6.129
Total por Moedas	1.997	3.939	193	-	-	-	-	-	6.129
Indexadores									
IPCA (1)	46.686	142.036	157.219	329.110	313.770	323.309	-	-	1.312.130
CDI (2)	2.051.846	1.916.086	717.501	717.440	717.630	-	-	-	6.120.503
TJLP (3)	2.983	10.187	7.833	7.833	7.833	7.833	7.833	20.236	72.571
Total por Indexadores	2.101.515	2.068.309	882.553	1.054.383	1.039.233	331.142	7.833	20.236	7.505.204
Total Geral	2.103.512	2.072.248	882.746	1.054.383	1.039.233	331.142	7.833	20.236	7.511.333

Controladora	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
Moedas									
Euro	1.997	3.939	193	-	-	-	-	-	6.129
Total por Moedas	1.997	3.939	193	-	-	-	-	-	6.129
Indexadores									
IPCA (1)	46.686	142.036	157.219	329.110	313.770	323.309	-	-	1.312.130
CDI (2)	2.055.681	1.918.055	717.501	717.440	717.630	-	-	-	6.126.307
TJLP (3)	2.983	10.187	7.833	7.833	7.833	7.833	7.833	20.236	72.571
Total por Indexadores	2.105.350	2.070.278	882.553	1.054.383	1.039.233	331.142	7.833	20.236	7.511.008
Total Geral	2.107.347	2.074.217	882.746	1.054.383	1.039.233	331.142	7.833	20.236	7.517.137

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Varição Acumulada de janeiro a setembro 2017 %	Varição Acumulada de janeiro a setembro de 2016 %	Indexador	Varição Acumulada de janeiro a setembro de 2017 %	Varição Acumulada de janeiro a setembro de 2016 %
Dólar Norte-Americano	(2,80)	(16,87)	IPCA	1,78	5,51
Euro	8,86	(14,16)	CDI	8,03	10,42

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.633.671	8.643.585
Varição Monetária e Cambial	26.547	26.547
Encargos Financeiros Provisionados	727.098	727.098
Amortização do custo de transação	23.115	23.115
Encargos Financeiros Pagos	(663.553)	(663.553)
Amortização de Financiamentos	(1.256.551)	(1.256.551)
Subtotal	7.490.327	7.500.241
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	21.006	16.896
Saldo em 30 de setembro de 2017	7.511.333	7.517.137

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	7.739.072
Saldo Inicial Para Fins de Consolidação	7.739.072	-
Financiamentos Obtidos	621.965	621.965
Custo de transação	(14.260)	(14.260)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	607.705	607.705
Varição Monetária e Cambial	70.548	70.548
Encargos Financeiros Provisionados	832.307	832.307
Amortização do custo de transação	30.709	30.709
Encargos Financeiros Pagos	(432.836)	(432.836)
Amortização de Financiamentos	(10.076)	(10.076)
Subtotal	8.837.429	8.837.429
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	(26.040)	(15.511)
Saldo em 30 de setembro de 2016	8.811.389	8.821.918

Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no período de janeiro a setembro de 2017.

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	30/09/2017
Aval e Fiança	5.296.248
Recebíveis	353.145
Ações	1.855.811
Sem Garantia	6.129
TOTAL	7.511.333

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, possuem as seguintes características:

	Vcto.	Tipo garantia	Encargos Financeiros Anuais	Consolidado		Controladora	
				Saldo em 30/09/2017	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 30/09/2017	Saldo em 31/12/2016
1ª Série – 3ª Emissão	2017	Quirografária	CDI + 0,90%	-	543.208	-	543.208
2ª Série – 3ª Emissão	2019	Quirografária	IPCA + 6,00%	294.195	293.121	294.195	293.121
3ª Série – 3ª Emissão	2022	Quirografária	IPCA + 6,20%	986.617	983.506	986.617	983.506
Debêntures – 1ª série – 5ª Emissão	2018	Quirografária	CDI + 1,70%	1.544.159	1.411.295	1.544.159	1.411.295
1ª Série – 6ª Emissão	2018	Quirografária	CDI + 1,60%	495.573	1.037.973	495.573	1.037.973
2ª Série – 6ª Emissão	2020	Quirografária	IPCA + 8,07%	31.133	31.117	31.133	31.117
Debêntures – 1ª série – 7ª Emissão	2021	Quirografária	140% do CDI	2.205.811	2.196.841	2.205.811	2.196.841
(-) Fic Pampulha				(2.068)	(27.102)	(99)	(17.188)
TOTAL				5.555.420	6.469.959	5.557.389	6.479.873

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento – BNDES (1)	Patrimônio Líquido da Garantidora / Ativo Total da Garantidora	-	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%	Anual
Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo Banco do Brasil (2)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de dezembro de 2017
7ª emissão de debêntures (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de junho de 2017

- (1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido;
- (2) Foi incorporada às cláusulas de vencimento antecipado das Cédulas de Crédito Bancário e Crédito Fixo da Cemig GT junto ao Banco do Brasil S.A., a exigibilidade de cumprimento de índice financeiro semelhante ao índice exigido pela 7ª emissão de debêntures, mediante aditivos contratuais;
- (3) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.

A cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento semestral foi atendida em 30 de junho de 2017, referente a índice financeiro da Companhia e da Cemig (garantidora). As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento anual foram atendidas em 31 de dezembro de 2016.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Ativo Circulante				
Créditos junto à Eletrobrás (1)	-	48.379	-	48.379
		48.379		48.379
Passivo				
Reserva Global de Reversão – RGR (1)	13.489	-	13.489	-
Compensação Financ.pela Utiliz. de Recursos Hídricos - CFURH	16.037	22.316	15.041	20.535
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	26.440	7.838	26.440	7.838
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	757	1.469	612	1.251
Prog.de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	6.778	7.720	6.778	7.721
Fundo Nacional de Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	1.816	4.057	1.400	3.659
Pesquisa e Desenvolvimento	173.944	152.472	170.777	151.146
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.025	2.151	839	1.969
	240.286	198.023	235.376	194.119
Passivo Circulante	90.760	69.955	89.017	67.377
Passivo Não Circulante	149.526	128.068	146.359	126.742

(1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. Somente após a conclusão da Aneel, em 2016, que julgou procedente o pedido da Cemig GT, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, é que a Cemig GT reconheceu o direito de recuperar o valor excedente pago, a ser compensado com RGR a pagar. Em 30 de setembro de 2017, o valor da RGR passiva está apresentado líquido do saldo remanescente a receber, no montante de R\$15.073.

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015 (Controladora)	310.946	277.652	6.173	126.699	721.470
Despesa Reconhecida no Resultado	32.916	28.789	641	12.843	75.189
Contribuições Pagas	(21.446)	(15.415)	(376)	(2.370)	(39.607)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2016 (Consolidado e Controladora)	322.416	291.026	6.438	137.172	757.052
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado e Controladora)	357.099	356.833	7.662	184.867	906.461
Despesa Reconhecida no Resultado	27.927	29.749	642	15.024	73.342
Contribuições Pagas	(26.846)	(17.289)	(408)	(1.402)	(45.945)
Passivo Líquido em 30 de setembro de 2017 (Consolidado e Controladora)	358.180	369.293	7.896	198.489	933.858
				30/09/2017	31/12/2016
Passivo Circulante				50.715	45.377
Passivo Não Circulante				883.143	861.084

Os valores registrados no passivo circulante referem-se às contribuições a serem efetuadas pela Cemig GT, nos próximos 12 meses, para amortização das obrigações atuariais.

Os valores registrados na despesa reconhecida no resultado consolidado referem-se às parcelas dos custos com obrigação pós-emprego, no montante de R\$62.389 (R\$55.550 no período de janeiro a setembro de 2016), mais os encargos e variação monetária financeira da dívida pactuada com a FORLUZ, no montante de R\$10.953 (R\$19.639 no período de janeiro a setembro de 2016).

Contrato de equacionamento do déficit do Plano A da FORLUZ

Em maio de 2017, a FORLUZ e as patrocinadoras Cemig, Cemig GT e Cemig D assinaram um Instrumento Particular de Assunção de Dívida para Cobertura de Déficit conforme plano de equacionamento de déficit do Plano A (Plano Saldado de Benefícios Previdenciários) aprovado pelo Conselho Deliberativo da FORLUZ em 15 de dezembro de 2016. Em 30 de setembro de 2017, o montante total a ser pago pela Cemig GT em decorrência do déficit apurado no Plano A é de R\$64.307, com amortizações mensais até junho de 2031, calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Os juros remuneratórios aplicáveis sobre o saldo devedor são de 6% ao ano, acrescidos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE). Na ocorrência de equilíbrio atuarial do plano antes do período de amortização integral do contrato, a Companhia ficará dispensada do pagamento das parcelas remanescentes e o contrato será extinto.

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

Consolidado	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2017
Trabalhistas	46.286	15.980	-	(7.355)	54.911
Cíveis	364	14	(207)	(14)	157
Tributárias	7.145	69	(815)	-	6.399
Regulatórias	50	2.567	(4)	(500)	2.113
Outras	51.451	5.125	-	(634)	55.942
Total	105.296	23.755	(1.026)	(8.503)	119.522

Controladora	31/12/2016	Adições	Reversões	Liquidações	30/09/2017
Trabalhistas	46.286	15.964	-	(7.354)	54.896
Cíveis	364	14	(207)	(14)	157
Tributárias	7.145	69	(815)	-	6.399
Regulatórias	50	2.567	(4)	(500)	2.113
Outras	51.451	5.125	-	(634)	55.942
Total	105.296	23.739	(1.026)	(8.502)	119.507

	Controladora 31/12/2015	Adições	Reversões	Liquidações	Consolidado e Controladora 30/09/2016
Trabalhistas	44.559	6.059	(2.216)	(6.059)	42.343
Cíveis	305	198	-	(150)	353
Tributárias	5.161	2.284	(67)	(3)	7.375
Regulatórias	2.670	673	-	(262)	3.081
Outras	25.015	25.819	-	(204)	50.630
Total	77.710	35.033	(2.283)	(6.678)	103.782

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis Intermediárias a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$154.969 (R\$135.739 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$54.911 (R\$46.286 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$113.059 (R\$114.865 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$6.399 (R\$7.145 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$21.827 (R\$20.958 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$2.113 (R\$50 em 31 de dezembro de 2016) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$30.808 (R\$28.389 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

A Companhia é parte em processo onde se discute a remoção de moradores em áreas de acesso ou sob as torres de linha de transmissão. O valor provisionado foi de R\$23.286 (R\$21.407 em 31 de dezembro de 2016), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão, amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$75.043 (R\$65.726 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R\$1.848 foram provisionados (R\$1.655 em 31 de dezembro de 2016). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$62.495 (R\$60.126 em 31 de dezembro de 2016), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$72.464 (R\$68.403 em 31 de dezembro de 2016) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$451.093 (R\$244.659 em 31 de dezembro de 2016). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e jurisprudência relativa à questão.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$103.202 (R\$115.057 em 31 de dezembro de 2016) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$53.611 (R\$52.045 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$279.904 (R\$263.847 em 31 de dezembro de 2016). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$195.280 (R\$182.232 em 31 de dezembro de 2016). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF), e baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, portanto, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$126.870 (R\$112.704 em 31 de dezembro de 2016).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$77.372 (R\$73.169 em 31 de dezembro de 2016).

Outras Questões Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$10.526 (R\$30.839 em 31 de dezembro de 2016), para os quais não há saldo provisionado pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

Outros Passivos Contingentes

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$19.325 (R\$17.052 em 31 de dezembro de 2016), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 30 de setembro de 2017, o Capital Social da Companhia é de R\$1.837.710, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Lucro (Prejuízo) por ação – básico e diluído

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	30/09/2017	30/09/2016	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro (Prejuízo) do período	525.407	534.929	(5.145)	224.286
Lucro (Prejuízo) por ação – básico e diluído (em R\$)	<u>0,1814</u>	<u>0,1847</u>	<u>(0,0018)</u>	<u>0,0774</u>

As opções de venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 13 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração deliberou autorizar o Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, no montante de R\$100.000, o qual será capitalizado por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária.

Reservas de Lucros

	30/09/2017	31/12/2016
Reservas de Lucros		
Reserva Legal	119.307	119.307
Reserva Incentivos Fiscais – SUDENE	44.870	44.870
Reserva de Retenção de Lucros	2.310.482	2.310.482
	<u>2.474.659</u>	<u>2.474.659</u>

23. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	5.230.682	4.756.058	4.903.051	4.668.118
Receita de Transmissão – com impostos (b)	327.720	299.198	329.235	299.198
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga * (c)	240.420	212.185	-	115.274
Receita de Construção (d)	11.226	36.405	11.226	36.405
Transações com energia na CCEE (e)	520.943	137.075	516.395	137.075
Receita de Indenização da Transmissão (f)	295.749	692.211	295.749	692.211
Receita de Indenização da Geração (g)	259.516	-	259.516	-
Outras receitas operacionais	30.197	21.404	42.263	26.510
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (h)	(1.200.004)	(1.061.741)	(1.119.405)	(1.049.647)
	5.716.449	5.092.795	5.238.030	4.925.144

(*) Em 2016, os valores estão apresentados líquidos da atualização financeira da parcela remanescente a pagar pela Outorga

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	1.896.723	1.721.326	1.781.612	1.649.625
Receita de Transmissão – com impostos (b)	86.320	107.098	87.285	107.098
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (c)	89.943	63.491	-	-
Receita de Construção (d)	4.201	4.771	4.201	4.771
Transações com energia na CCEE (e)	108.868	85.222	105.083	85.222
Receita de Indenização da Transmissão (f)	25.894	99.742	25.894	99.742
Receita de Indenização da Geração (g)	259.516	-	259.516	-
Outras receitas operacionais	12.841	7.616	17.380	12.722
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (h)	(437.027)	(343.289)	(407.209)	(333.007)
	2.047.279	1.745.977	1.873.762	1.626.173

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado				Controladora			
	30/09/2017		30/09/2016		30/09/2017		30/09/2016	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	10.714.163	2.480.070	11.452.195	2.561.774	10.051.014	2.329.312	11.452.195	2.561.774
Comercial	1.620.592	414.045	584.994	151.996	1.620.592	414.045	584.994	151.996
Subtotal	12.334.755	2.894.115	12.037.189	2.713.770	11.671.606	2.743.357	12.037.189	2.713.770
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	23.399	-	68.600	-	6.658	-	68.600
	12.334.755	2.917.514	12.037.189	2.782.370	11.671.606	2.750.015	12.037.189	2.782.370
Suprim. Outras Concessionárias (2)	9.225.587	2.334.428	8.791.221	1.847.412	9.225.587	2.163.621	8.791.221	1.805.027
Suprimento não Faturado Líquido	-	(21.260)	-	126.276	-	(10.585)	-	80.721
	21.560.342	5.230.682	20.828.410	4.756.058	20.897.193	4.903.051	20.828.410	4.668.118

	Consolidado				Controladora			
	Jul a Set/17		Jul a Set/16		Jul a Set/17		Jul a Set/16	
	MWh (1)	R\$						
Industrial	3.648.307	838.897	4.039.479	907.999	3.389.443	780.405	4.039.479	907.999
Comercial	561.786	145.331	212.847	54.570	561.786	145.331	212.847	54.570
Subtotal	4.210.093	984.228	4.252.326	962.569	3.951.229	925.736	4.252.326	962.569
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	(172)	-	500	-	(1.300)	-	500
	4.210.093	984.056	4.252.326	963.069	3.951.229	924.436	4.252.326	963.069
Suprim. Outras Concessionárias (2)	3.447.975	859.378	2.927.208	631.775	3.447.975	806.879	2.927.208	605.629
Suprimento não Faturado Líquido	-	53.289	-	126.482	-	50.297	-	80.927
	7.658.068	1.896.723	7.179.534	1.721.326	7.399.204	1.781.612	7.179.534	1.649.625

(1) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(2) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras, contratos bilaterais com outros agentes e as receitas de gestão de ativos de geração (GAG) das 18 usinas hidrelétrica do Lote D do Leilão nº 12/2015.

(b) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica, representada pela Receita Anual Permitida – RAP.

(c) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(d) Receita de Construção

A Receita de Construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período e é totalmente compensada pelos custos de construção.

(e) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

(f) Receita de Indenização da Transmissão

No período de janeiro a setembro de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$295.749 sendo R\$146.494 correspondentes à atualização, pelo IPCA, do saldo de indenização a receber existente em dezembro de 2016 e R\$149.255 referente ao ajuste da BRR dos ativos de transmissão, conforme Nota Técnica Aneel nº 183/2017. Mais detalhes vide nota explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(g) Receita de Indenização da Geração

No período de janeiro a setembro de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$259.516 referente ao ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17, considerando inclusive a sua respectiva atualização. Mais detalhes vide notas explicativas nº 4 e 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

(h) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Tributos sobre a Receita				
ICMS (1)	461.999	406.415	434.862	406.415
COFINS	457.844	397.369	422.391	391.823
PIS-PASEP	99.390	86.266	91.696	85.065
ISSQN	1.636	946	1.636	946
	1.020.869	890.996	950.585	884.249
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão - RGR	8.795	(28.277)	8.795	(28.277)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	36.209	22.676	36.209	22.676
PROINFA	29.626	31.386	29.626	31.386
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	11.613	17.584	9.918	16.858
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	11.613	17.584	9.918	16.858
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	5.807	8.792	4.959	8.429
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	10.336	13.865	8.895	13.211
Compensação Financ. Pela Utilização Recursos Hídricos - CFURH	65.136	87.135	60.500	84.257
	179.135	170.745	168.820	165.398
	1.200.004	1.061.741	1.119.405	1.049.647

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Tributos sobre a Receita				
ICMS (1)	176.897	145.841	166.367	145.841
COFINS	167.406	139.494	154.397	135.438
PIS-PASEP	36.341	30.281	33.519	29.403
ISSQN	630	327	630	327
	381.274	315.943	354.913	311.009
Encargos do Consumidor				
Reserva Global de Reversão - RGR	9.802	(42.641)	9.802	(42.641)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	4.637	5.007	4.637	5.007
PROINFA	10.049	11.365	10.049	11.365
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.114	6.720	2.514	5.994
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	3.114	6.720	2.514	5.994
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.557	3.360	1.257	2.997
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	2.125	4.260	1.692	3.606
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	21.355	32.555	19.831	29.676
	55.753	27.346	52.296	21.998
	437.027	343.289	407.209	333.007

(1) No trimestre findo em 30 de setembro de 2017, Companhia aderiu ao Plano de Regularização de Créditos Tributários - PRCT do Estado de Minas Gerais. Mais informações na nota explicativa nº 17.

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal (a)	300.528	280.858	291.542	280.858
Participação dos Empregados no Resultado	5.779	6.135	5.779	6.135
Obrigações Pós-Emprego	62.389	55.550	62.389	55.550
Materiais	9.120	9.479	7.822	9.241
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	58	35	58	35
Serviços de Terceiros (b)	96.212	98.247	86.335	96.443
Depreciação e Amortização	122.951	141.468	122.901	141.468
Provisões (c)	106.951	63.106	106.935	63.106
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	257.420	230.412	232.259	227.533
Energia Elétrica Comprada para Revenda (d)	2.990.677	2.291.737	2.950.140	2.291.737
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (e)	11.226	36.405	11.226	36.405
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	40.762	47.181	39.115	47.059
	4.004.073	3.260.613	3.916.501	3.255.570

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
Pessoal (a)	88.963	82.471	86.314	82.993
Participação dos Empregados no Resultado	155	5.509	155	5.509
Obrigações Pós-Emprego	21.637	19.975	21.637	19.975
Materiais	3.383	2.461	2.851	2.234
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	13	8	13	8
Serviços de Terceiros (b)	32.422	28.505	29.732	27.197
Depreciação e Amortização	36.618	47.385	36.597	47.385
Provisões (c)	45.544	11.466	45.543	11.466
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	91.364	82.537	82.433	79.658
Energia Elétrica Comprada para Revenda (d)	1.275.814	823.584	1.256.951	823.584
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (e)	4.201	4.771	4.201	4.771
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	13.048	15.063	12.695	14.946
	1.613.162	1.123.735	1.579.122	1.119.726

a) Despesas com Pessoal

Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 teve o seu período de adesão entre 03 de abril e 17 de outubro de 2017 e houve o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que aderiram em abril de 2017, cujos desligamentos ocorreram em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para os empregados que aderiram em agosto de 2017, cujos desligamentos ocorreram em setembro de 2017, houve o pagamento do prêmio correspondente a uma remuneração. Não houve prêmio para os empregados que aderiram a partir de 1º de setembro de 2017. Também houve o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. Em 30 de setembro de 2017, o montante apropriado como despesa relativa ao PDVP 2017, incluindo as verbas rescisórias, foi de R\$44.516, correspondente a adesão, até a data mencionada, de 229 empregados.

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Comunicação	2.199	2.472	2.129	2.472
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	12.671	11.752	9.498	16.858
Conservação e Limpeza de Prédios	20.498	19.869	17.350	19.869
Mão de Obra Contratada	3.065	2.655	3.065	2.655
Fretes e Passagens	1.859	1.539	1.852	1.539
Hospedagem e Alimentação	2.426	2.311	2.311	2.311
Vigilância	9.125	10.189	7.872	10.189
Consultoria	4.312	3.628	4.312	3.628
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	396	425	383	425
Tecnologia da Informação	6.756	5.875	6.749	5.875
Manutenção e Conservação de Veículos	147	134	133	125
Energia Elétrica	3.336	3.739	3.099	3.739
Meio Ambiente	8.390	9.940	7.557	9.940
Limpeza de Faixas	1.607	1.297	1.568	1.297
Serviços de Reprografia	923	834	895	835
Serviços advocatícios e Custas Processuais	3.498	3.260	3.487	3.260
Outros	15.004	18.328	14.075	11.426
	96.212	98.247	86.335	96.443

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/17
Comunicação	574	441	550	441
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	4.211	3.570	3.525	8.676
Conservação e Limpeza de Prédios	8.159	6.490	7.270	6.948
Mão de Obra Contratada	1.130	495	1.130	495
Fretes e Passagens	774	642	772	642
Hospedagem e Alimentação	825	930	804	930
Vigilância	3.056	3.440	2.641	3.440
Consultoria	1.794	449	1.794	449
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	115	90	111	90
Tecnologia da Informação	1.131	966	1.131	986
Manutenção e Conservação de Veículos	41	23	37	90
Energia Elétrica	985	1.271	971	1.289
Meio Ambiente	1.489	3.483	1.389	3.483
Limpeza de Faixas	873	277	866	277
Serviços de Reprografia	347	272	324	273
Serviços advocatícios e Custas Processuais	1.582	1.493	1.571	1.493
Outros	5.336	4.173	4.846	(2.805)
	32.422	28.505	29.732	27.197

c) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	16.257	868	16.257	868
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	15.980	3.843	15.964	3.843
Cíveis	(193)	198	(193)	198
Tributárias	(746)	2.217	(746)	2.217
Regulatórias	2.563	673	2.563	673
Outras	5.125	25.819	5.125	25.819
	22.729	32.750	22.713	32.750
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 13)	67.965	29.488	67.965	29.488
	106.951	63.106	106.935	63.106

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/2017	Jul a Set/16
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	16.257	-	16.257	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	1.241	3.476	1.240	3.476
Cíveis	(224)	163	(224)	163
Tributárias	805	219	805	219
Regulatórias	37	65	41	65
Outras	1.065	4.066	1.061	4.066
	2.924	7.989	2.923	7.989
Variação de Valor Justo de Derivativos				
Opção de venda SAAG (nota 13)	26.363	3.477	26.363	3.477
	45.544	11.466	45.543	11.466

d) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Energia de curto prazo - CCEE	31.933	37.834	20.507	37.834
Energia adquirida no Ambiente Livre	3.190.282	2.476.241	3.190.282	2.476.241
Contratos Bilaterais	32.263	-	-	-
Créditos de PASEP/COFINS	(263.801)	(222.338)	(260.649)	(222.338)
	2.990.677	2.291.737	2.950.140	2.291.737

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/2017	Jul a Set/16
Energia de curto prazo - CCEE	(7.455)	26	4.525	26
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.366.030	902.338	1.366.030	902.338
Contratos Bilaterais	32.263	-	-	-
Créditos de PASEP/COFINS	(115.024)	(78.780)	(113.604)	(78.780)
	1.275.814	823.584	1.256.951	823.584

e) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal	676	907	676	907
Materiais	6.129	20.545	6.129	20.545
Serviços de Terceiros	4.844	14.105	4.844	14.105
Outros	(423)	848	(423)	848
	11.226	36.405	11.226	36.405

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/2017	Jul a Set/16
Pessoal	111	267	111	267
Materiais	2.388	1.437	2.388	1.437
Serviços de Terceiros	1.583	2.248	1.583	2.248
Outros	119	819	119	819
	4.201	4.771	4.201	4.771

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Arrendamentos e Aluguéis	14.319	16.782	13.851	16.779
Propaganda e Publicidade	1.553	941	1.553	941
Subvenções e Doações	1.536	1.778	853	1.778
Despesa Concessão Onerosa	2.264	2.154	2.264	2.154
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.501	1.255	1.300	1.255
Anuidade CCEE	3.008	3.006	3.008	3.006
Seguros	2.464	2.518	2.464	2.518
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	1.847	420	1.847	420
FORLUZ – Custeio Administrativo	4.356	4.225	4.356	4.225
Outros	7.914	14.102	7.619	13.983
	40.762	47.181	39.115	47.059

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/2017	Jul a Set/16
Arrendamentos e Aluguéis	7.014	6.366	6.847	6.363
Propaganda e Publicidade	1.466	93	1.466	93
Subvenções e Doações	375	63	374	63
Despesa Concessão Onerosa	735	734	735	734
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	568	257	468	259
Anuidade CCEE	1.017	945	1.017	945
Seguros	573	743	573	743
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	151	187	151	187
FORLUZ – Custeio Administrativo	1.459	1.442	1.459	1.442
Outros	(310)	4.233	(395)	4.117
	13.048	15.063	12.695	14.946

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	51.787	58.851	30.587	56.030
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	6.830	9.178	5.613	9.178
Variação Monetária	8.499	27.000	8.499	27.000
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados	14.650	8.071	14.650	8.071
Ajuste a Valor Presente	-	325	-	325
Rendas de Antecipação de Pagamento	41.011	22.790	40.620	22.790
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(5.515)	(7.168)	(4.802)	(7.168)
Variações Cambiais	-	2.085	-	2.085
Outras	3.317	6.256	3.307	6.256
	120.579	127.388	98.474	124.567
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(727.098)	(832.307)	(727.098)	(832.307)
Amortização do custo de transação	(23.115)	(30.709)	(23.115)	(30.709)
Variação Monetária – Forluz	(10.953)	(19.639)	(10.953)	(19.639)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos	(25.888)	(72.399)	(25.888)	(72.399)
Variações Monetárias	(9.109)	(13.544)	(8.963)	(13.537)
Variações Cambiais	(670)	(248)	(670)	(248)
Ajuste a Valor Presente	(2.168)	-	(2.168)	-
Variações Monetárias - Venda Antecipada Energia	(37.666)	-	(37.666)	-
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	(13.844)	-	(13.844)
Outras	(12.789)	(19.481)	(12.662)	(19.481)
	(849.456)	(1.002.171)	(849.183)	(1.002.164)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(728.877)	(874.783)	(750.709)	(877.597)

	Consolidado		Controladora	
	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Jul a Set/17	Jul a Set/16
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	11.446	15.933	8.390	13.137
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	1.714	2.494	1.324	2.494
Variação Monetária	4.389	10.640	4.389	10.640
Variação Monetária sobre Depósitos Vinculados	5.908	3.084	5.908	3.084
Ajuste a Valor Presente	-	(396)	-	(396)
Rendas de Antecipação de Pagamento	13.252	13.433	12.863	13.433
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(1.682)	(2.060)	(1.565)	(2.060)
Variações Cambiais	-	(73)	-	(73)
Outras	793	1.522	792	1.523
	35.820	44.577	32.101	41.782
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(201.071)	(308.405)	(201.071)	(308.405)
Amortização do custo de transação	(5.424)	(12.792)	(5.424)	(12.792)
Variação Monetária – Forluz	(2.810)	(5.088)	(2.810)	(5.088)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(1.994)	(14.659)	(1.994)	(14.659)
Variações Monetárias	(2.982)	(4.059)	(2.924)	(4.052)
Variações Cambiais	52	(244)	52	(244)
Ajuste a Valor Presente	(562)	-	(562)	-
Variações Monetárias - Venda Antecipada Energia	(12.986)	-	(12.986)	-
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	-	-	-	-
Outras	(3.557)	(5.028)	(3.458)	(5.028)
	(231.334)	(350.275)	(231.177)	(350.268)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(195.514)	(305.698)	(199.076)	(308.486)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Controlador								
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	-	-	-	(1.736)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	605.000	605.000	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	18.213	3.164	(384.217)	(323.662)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (3)	39.860	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (3)	12.667	86.941	-	-	-	-	-	-
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	359	288	(57.443)	(49.100)
Prestação de Serviço (4)	2.504	3.673	-	-	9.471	8.178	-	-
Norte Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	130	-	-	-	5.680	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Prestação de Serviço (4)	274	398	-	-	646	665	-	-
Lightger								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(15.188)	(14.575)
Retiro Baixo								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(975)	(1.748)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	2.146	-	-	-	-	-	-
Hidrelétrica Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.595	1.228	-	-	(12.064)	(12.359)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.284	-	-	-	-	-	-	-
Guanhães Energia								
Circulante								
Ajuste para perdas (5)	-	-	-	59.071	-	-	-	-
Prestação de Serviço (4)	568	241	-	-	332	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.773	-	-	-	(140.771)	(118.506)
Contas a Receber (6)	62.455	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Contas a receber (6)	20.317	73.722	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (7)	258.166	229.053	-	-	-	-	-	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (EATE)								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	747	1.291	-	-	(7.383)	(8.196)
Companhia Transirapé de Transmissão								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	48	70	-	-	(427)	(394)
Prestação de Serviço (5)	90	301	-	-	953	755	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	1.042	464	404	406	38.203	46.714	(522)	(44)
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	3.738	5.215	33	17	(31.352)	(33.712)
Prestação de Serviço (4)	141	482	-	-	667	220	-	-
Outras partes relacionadas								
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	5.132	5.575	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	22.433	17.137	2.155	3.124	151.266	104.757	(31.452)	(29.022)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	621	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e Equivalentes	20.781	260.908	-	-	-	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	50.234	350.220	-	-	367	35.585	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (8)	(5.139)	(20.781)	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	1.952	19.358	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (8)	(957)	(6.321)	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	24.078	19.497	-	-	(27.927)	(32.916)
Custeio Administrativo (10)	-	-	-	-	-	-	(4.356)	(4.225)
Arrendamento Operacional (11)	-	-	347	3.129	-	-	(12.703)	(3.260)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	334.102	337.602	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (12)	-	-	24.851	23.024	-	-	(30.391)	(29.430)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (12)	-	-	352.338	341.471	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS);
- (3) Em 2017, foram antecipados R\$51.874 à Santo Antônio Energia, controlada da Madeira Energia pela Cemig GT. Para efeito de quitação serão utilizadas faturas de suprimento de energia a serem emitidas pela Santo Antônio Energia, a partir de 2018, em 12 parcelas;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (5) Em 2016, foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Guanhães em função de seu Patrimônio Líquido negativo. (vide Nota Explicativa nº 13);
- (6) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante de R\$60.000 que será liquidado através de um pagamento inicial de R\$6 milhões, a ser realizado até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI;
- (7) Em 2016, foram antecipados pela Cemig GT à Renova Comercializadora, conforme previsto no Contrato de suprimento de energia, R\$ 212.000, tendo sido constituídas garantias com determinados ativos da Renova. Para efeito de quitação, foi acordado que este valor seria atualizado a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e compensado por meio de quitação das faturas de energia a serem emitidas pela Renova a partir de janeiro/2020. Em função do processo de venda dos ativos de geração por parte da Renova, as partes estão em processo de renegociação do contrato de suprimento de energia, bem como da forma de pagamento da antecipação realizada pela Cemig GT;
- (8) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- (9) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 20);
- (10) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (11) Aluguel das sedes administrativas da Companhia com vigência até março de 2019 e maio de 2034;
- (12) Obrigações pós-emprego relativas ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 20).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 7, 16 e 23.

Aplicações em fundo de investimento – FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 30 de setembro de 2017, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	30/09/2017			31/12/2016		
				Cemig GT 0,21%	Demais controladas 4,26% (1)	Total (consolidado) 4,47%	Cemig GT 20,86%	Demais controladas 12,03% (1)	Total (consolidado) 32,92%
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	22	441	463	2.110	1.217	3.327
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	-	-	-	1.194	688	1.882
				22	441	463	3.304	1.905	5.209

(1) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig GT, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, no período de janeiro a setembro de 2017 e 2016, são demonstrados na tabela abaixo:

	30/09/2017	30/09/2016
Remuneração	2.094	2.640
Participação nos Resultados	-	(198)
Benefícios Assistenciais	177	257
	2.271	2.699

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Ativos de Concessões de Geração, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar, Fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de Venda, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Vide nota explicativa nº 1 sobre as diversas iniciativas da Companhia que têm por objetivo aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim. Qualquer rebaixamento adicional das notas de crédito pode ter consequências negativas sobre a capacidade da Companhia de obter financiamento ou pode impactar o custo do financiamento, dificultando ou onerando ainda mais o refinanciamento das obrigações a vencer. Qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida pode ser contratado com base em taxas de juros maiores e pode exigir que a Companhia cumpra cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia restringir ainda mais as atividades operacionais.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Ativos Financeiros não abarcados pela Lei de nº 12.783/13, Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 de usinas de geração e os Ativos de Concessões de Geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação, no montante de R\$83.586 (R\$408.813 em 31 de dezembro de 2016) e Opção de Venda. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$2.311 em 30 de setembro de 2017 e R\$28.271 em 31 de dezembro de 2016, incluído na nota explicativa nº 6. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$2.327 em 30 de setembro de 2017 e R\$28.143 em 31 de dezembro de 2016, foi mensurado considerando informações do Nível 2.
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Lei de nº 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis Intermediárias;
- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI, com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,20% a 8,07%, CDI + 1,60% a 5,62%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações;
- Passivos mensurados a valor justo - passivo financeiro referente a opção de venda: a opção de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec ("PUT SAAG") foi mensurada pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). Até o terceiro trimestre de 2016, a opção era calculada utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado tendo adotado, à partir do quarto trimestre 2016, o método BSM.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo contábil é de R\$7.511.333 (R\$8.663.671 em 31 de dezembro de 2016) e valor justo de R\$7.509.654 (R\$8.301.021 em 31 de dezembro de 2016), sendo a mensuração de Nível 2 utilizando como referência passivos similares.

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (hedge) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não tem exposição relevante em relação ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de setembro de 2017. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	214.485	424.965	202.140	358.441
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	85.897	437.084	33.961	282.153
Contas a Receber – Renova (nota 26)	82.772	74.630	82.772	74.630
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica	359.227	229.053	327.994	229.053
Ativos Financeiros da Concessão (nota 12)	473.374	482.281	473.374	482.281
Fundos Vinculados	9.443	891	9.355	887
	1.225.198	1.648.904	1.129.596	1.427.445
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 18)	(6.120.503)	(7.239.433)	(6.126.307)	(7.239.433)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 18)	(72.571)	(78.893)	(72.571)	(78.893)
Venda Antecipada de Energia Elétrica (nota 7)	(312.112)	(181.200)	(312.112)	(181.200)
	(6.505.186)	(7.499.526)	(6.510.990)	(7.499.526)
Passivo Líquido Exposto	(5.279.988)	(5.850.622)	(5.381.394)	(6.072.081)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2018, as taxas SELIC e TJLP serão de 7,00% e 6,25%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50%. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais Consolidado	30/09/2017	30 de setembro de 2018		
	Valor Contábil	Cenário SELIC 7% TJLP 6,25%	Cenário SELIC 8,75% TJLP 7,81%	Cenário SELIC 10,5% TJLP 9,38%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	214.485	229.499	233.252	237.006
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	85.897	91.910	93.413	94.916
Contas a Receber – Renova – CDI (nota 26)	82.772	88.566	90.015	91.463
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica	359.227	384.373	390.659	396.946
Ativos Financeiros da Concessão (nota 12)	473.374	506.510	514.794	523.078
Fundos Vinculados	9.443	10.104	10.269	10.435
	1.225.198	1.310.962	1.332.402	1.353.844
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 18)	(6.120.503)	(6.548.938)	(6.656.047)	(6.763.156)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - TJLP (nota 18)	(72.571)	(77.107)	(78.239)	(79.378)
Venda Antecipada de Energia Elétrica (nota 7)	(312.112)	(333.960)	(339.422)	(344.884)
	(6.505.186)	(6.960.005)	(7.073.708)	(7.187.418)
Passivo Líquido Exposto	(5.279.988)	(5.649.043)	(5.741.306)	(5.833.574)
Efeito Líquido da Variação da SELIC		(369.055)	(461.318)	(553.586)

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia não está exposta ao risco de elevação da inflação em 30 de setembro de 2017 em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à elevação da inflação	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Ativos				
Bonificação de outorga - IPCA	2.321.817	2.253.765	-	-
Ativos Financeiros da Concessão – IPCA	1.975.775	1.805.230	1.975.775	1.805.230
	4.297.592	4.058.995	1.975.775	1.805.230
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(1.312.130)	(1.307.929)	(1.312.130)	(1.307.929)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(166.732)	(178.099)	(166.732)	(178.099)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(64.307)	-	(64.307)	-
	(1.543.169)	(1.486.028)	(1.543.169)	(1.486.028)
Ativo Líquido	2.754.423	2.572.967	432.606	319.202

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2018, a taxa IPCA será de 4,55%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50%.

Risco - Elevação da inflação Consolidado	30 de setembro de 2017	30 de setembro de 2018		
	Valor Contábil	Cenário IPCA 4,55%	Cenário IPCA 5,69%	Cenário IPCA 6,83%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão – IPCA (12)	1.975.775	2.065.673	2.088.197	2.110.720
Bonificação de Outorga - IPCA	2.321.817	2.427.460	2.453.928	2.480.397
	4.297.592	4.493.133	4.542.125	4.591.117
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 18)	(1.312.130)	(1.371.832)	(1.386.790)	(1.401.748)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(166.732)	(174.318)	(176.219)	(178.120)
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ)	(64.307)	(67.233)	(67.966)	(68.699)
	(1.543.169)	(1.613.383)	(1.630.975)	(1.648.567)
Ativo Líquido	2.754.423	2.879.750	2.911.150	2.942.550
Efeito Líquido da Variação da inflação		125.327	156.727	188.127

Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios restritivos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Na data base destas Informações Contábeis Intermediárias, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes.

Na nota explicativa nº 1 são mencionadas as diversas iniciativas da Companhia para aumentar a sua liquidez através de novos financiamentos ou pelo refinanciamento das atuais obrigações. Qualquer redução nos *ratings* da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	486.427	11.155	-	-	-	497.582
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	618.925	1.538.937	1.101.969	5.547.680	33.920	8.841.431
Concessões a pagar	249	492	2.103	9.440	14.428	26.712
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.490	5.009	23.004	136.291	67.725	234.519
Equacionamento de Déficit do Fundo de Pensão (FORLUZ) (nota 20)	569	1.706	4.651	30.908	89.301	127.135
	1.108.660	1.557.299	1.131.727	5.724.319	205.374	9.727.379

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa de 30 de setembro de 2017, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$20.366.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 e é revisada anualmente.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Informações Contábeis Intermediárias.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL) (1)
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, e cláusulas de “*cross default*”.

A cláusula restritiva com exigibilidade de cumprimento semestral foi atendida em 30 de junho de 2017, referente a índice financeiro da Companhia e da Cemig (garantidora). As cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento anual foram atendidas em 31 de dezembro de 2016. Mais detalhes na nota explicativa nº 18.

b) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido da Companhia em relação ao patrimônio líquido são apresentadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Total do Passivo	11.256.797	11.901.050	11.152.815	11.890.751
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 6)	(219.322)	(427.827)	(206.241)	(361.252)
Passivo Líquido	11.037.475	11.473.223	10.946.574	11.529.499
Total do Patrimônio Líquido	5.174.749	4.583.194	5.174.749	4.583.194
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,13	2,50	2,12	2,52

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a Companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Consolidado	Saldo em 30/09/2017	Valor justo em 30 de setembro de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	31.772	-	31.772	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	42.460	-	42.460	-
Letras Financeiras do Tesouro	8.457	8.457	-	-
Debêntures	897	-	897	-
	83.586	8.457	75.129	-
Empréstimos e Recebíveis				
Bonificação de Outorga (nota 12)	2.321.817	-	2.321.817	-
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de venda SAAG (1)	(264.138)	-	-	(264.138)
	2.141.265	8.457	2.396.946	(264.138)

(1) A partir do quarto trimestre de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo da opção. Mais detalhes na Nota Explicativa Nº 13.

Controladora	Saldo em 30/09/2017	Valor justo em 30 de setembro de 2017		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	31.083	-	31.083	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	2.033	-	2.033	-
Letras Financeiras do Tesouro	405	405	-	-
Debêntures	43	-	43	-
	33.564	405	33.159	-
Passivos				
Valor justo por meio do resultado				
Opções de venda SAAG (1)	(264.138)	-	-	(264.138)
	(230.574)	405	33.159	(264.138)

(1) A partir do quarto trimestre de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções. Mais detalhes na Nota Explicativa Nº 13.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). Até o terceiro trimestre de 2016, as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado tendo adotado, à partir do quarto trimestre 2016, o método BSM.

A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 13 destas Informações Contábeis Intermediárias.

29. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados.

Os custos e despesas operacionais referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016 estão apresentados nas tabelas a seguir:

CONSOLIDADO	30 de setembro de 2017		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	13.954.975	2.476.571	16.431.546
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.169.532	-	5.169.532
ADIÇÕES AO SEGMENTO	249.001		249.001
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	11.226	11.226
RECEITA LÍQUIDA	5.169.270	547.179	5.716.449
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.990.677)	-	(2.990.677)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(257.158)	(262)	(257.420)
	(3.247.835)	(262)	(3.248.097)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(216.506)	(84.022)	(300.528)
Participação dos Empregados	(3.908)	(1.871)	(5.779)
Obrigação Pós Emprego	(42.539)	(19.850)	(62.389)
Material	(7.010)	(2.110)	(9.120)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(58)	-	(58)
Serviços de Terceiros	(74.934)	(21.278)	(96.212)
Depreciação e Amortização	(122.951)	-	(122.951)
Provisões	(97.803)	(9.148)	(106.951)
Custo de Construção	-	(11.226)	(11.226)
Outras	(34.212)	(6.550)	(40.762)
	(599.921)	(156.055)	(755.976)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(3.847.756)	(156.317)	(4.004.073)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(157.710)	-	(157.710)
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	1.163.804	390.862	1.554.666
Receitas Financeiras	115.566	5.013	120.579
Despesas Financeiras	(847.570)	(1.886)	(849.456)
Resultado antes do IR e CSLL	431.800	393.989	825.789
Imposto de Renda e Contribuição Social	(180.049)	(120.333)	(300.382)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	251.751	273.656	525.407

Consolidado	30 de setembro de 2016		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO (1)	14.452.085	2.594.452	17.046.537
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO (1)	6.275.420	-	6.275.420
ADIÇÕES AO SEGMENTO	740.337	-	740.337
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	2.255.561	36.405	2.291.966
RECEITA LÍQUIDA	4.138.949	953.846	5.092.795
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.291.737)		(2.291.737)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(230.169)	(243)	(230.412)
	(2.521.906)	(243)	(2.522.149)
CUSTO E DESPESAS DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(199.839)	(81.019)	(280.858)
Participação dos Empregados	(3.824)	(2.311)	(6.135)
Obrigação Pós Emprego	(39.975)	(15.575)	(55.550)
Material	(7.364)	(2.115)	(9.479)
Matéria – Prima e Insumos para Prod.de Energia	(35)	-	(35)
Serviços de Terceiros	(76.952)	(21.295)	(98.247)
Depreciação e Amortização	(141.468)	-	(141.468)
Provisões	(56.171)	(6.935)	(63.106)
Custo de Construção	-	(36.405)	(36.405)
Outras	(39.283)	(7.898)	(47.181)
	(564.911)	(173.553)	(738.464)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(3.086.817)	(173.796)	(3.260.613)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(155.226)	-	(155.226)
			-
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	896.906	780.050	1.676.956
Receitas Financeiras	123.288	4.100	127.388
Despesas Financeiras	(998.498)	(3.673)	(1.002.171)
Resultado antes do IR e CSLL	21.696	780.477	802.173
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.990)	(61.714)	(75.704)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(35.396)	(156.144)	(191.540)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(27.690)	562.619	534.929

(1) Os saldos referem-se a 31 de dezembro de 2016.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aditivos a contratos de empréstimos com o Banco do Brasil

A Cemig GT celebrou, em 23 de outubro de 2017, aditivos a contratos de empréstimos firmados com o Banco do Brasil, no valor total de R\$549 milhões, com a finalidade de postergar em 60 dias o pagamento de parcelas com vencimentos em 24, 26 e 30 de outubro de 2017. Os juros a serem calculados sobre o saldo devedor passaram de 108% do CDI e de 112% do CDI para 128% do CDI, sendo que um dos aditivos manteve os juros na taxa original de 132,9% do CDI. As hipóteses de vencimento antecipado também foram objeto de alteração, para ficarem aderentes às cláusulas da 7ª Emissão de Debêntures Simples da Cemig GT.

Proposta vinculante para aporte primário na Renova

Em 12 de novembro de 2017, a controlada em conjunto Renova Energia S.A. recebeu da Brookfield uma proposta vinculante para aporte primário na mesma no valor de R\$ 1,4 bilhão, ao preço de R\$ 6,00 por unit.

Em adição, a oferta inclui earn-out de até R\$ 1,00 por unit, relativo a qualquer valor recebido pela Renova decorrente de ajuste futuro no preço de venda do Complexo Eólico Alto Sertão II.

A proposta ainda prevê o cumprimento de condições precedentes comuns em transações dessa natureza.

Em caso de aceite, será concedido à Brookfield um período de exclusividade de 60 dias, prorrogáveis por mais 30 dias, para finalização dos documentos da transação. Tal transação deverá ser apreciada e aprovada pelos órgãos de governança da Renova e de seus controladores.

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Renovação e indenização da concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda

Conforme divulgado na nota 4 às informações contábeis intermediárias, a Companhia está discutindo judicialmente o direito à renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, e que foram leiloadas pelo poder concedente em 27 de setembro de 2017. Adicionalmente a Companhia está discutindo administrativamente os valores do ativo financeiro indenizável relativos às usinas em questão. A Companhia não espera incorrer em perdas decorrentes deste assunto. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.), e participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. (“investidas”) avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos das investidas e determinados executivos desses outros acionistas. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, e seus respectivos desdobramentos, que podem, eventualmente, trazer consequências futuras às investidas, além das divulgações efetuadas na nota 13. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado na nota 13 às informações contábeis intermediárias, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. (“Renova”), avaliado pelo método de equivalência patrimonial, cujas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova e de suas controladas. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as demonstrações do resultado e do resultado abrangente referente aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016, e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes que emitiram relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 11 de abril de 2017, e relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 27 de abril de 2017, ambos sem modificação e contendo ênfases relacionadas aos assuntos descritos anteriormente.

Belo Horizonte (MG), 14 de novembro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA022650/O-0

DESEMPENHO ECONÔMICO–FINANCEIRO CONSOLIDADO

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

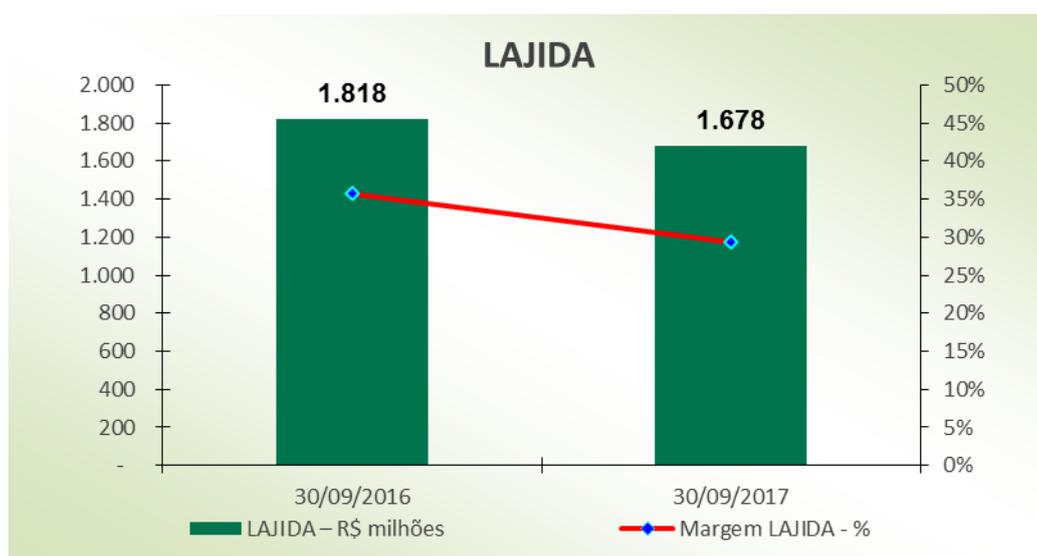
Resultado do Período

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no período de janeiro a setembro de 2017, lucro de R\$525.407, em comparação ao lucro de R\$534.929 no mesmo período de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou redução no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação com o mesmo período de 2016, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA R\$mil	30/09/2017	30/09/2016	Var%
Resultado do Período	525.407	534.929	(1,78)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	300.382	267.244	12,40
+ Resultado Financeiro Líquido	728.877	874.783	(16,68)
+ Amortização e Depreciação	122.951	141.468	(13,09)
= LAJIDA	1.677.617	1.818.424	(7,74)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O LAJIDA no período de janeiro a setembro de 2017 apresentou uma redução de 7,74% em comparação ao mesmo período de 2016. Os principais itens que afetaram o resultado estão descritos na sequência destas Informações Contábeis Intermediárias. A margem do LAJIDA passou de 35,71% no período de janeiro a setembro de 2016 para 29,35% no mesmo período de 2017.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	30/09/2017			30/09/2016		
	MWh	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	10.714.163	2.480.070	231,48	11.452.195	2.561.774	223,69
Comercial	1.620.592	414.045	255,49	584.994	151.996	259,82
Subtotal	12.334.755	2.894.115	234,63	12.037.189	2.713.770	225,45
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	23.399	-	-	68.600	-
	12.334.755	2.917.514	-	12.037.189	2.782.370	-
Suprim. Outras Concessionárias	9.225.587	2.334.428	253,04	8.791.221	1.847.412	210,14
Suprim. Não Faturado Líquido	-	(21.260)	-	-	126.276	-
	21.560.342	5.230.682	-	20.828.410	4.756.058	-

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$5.230.682 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a R\$4.756.058 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 9,98% decorrente, principalmente, do aumento de 3,51% na quantidade de energia comercializada aliado ao aumento do preço médio do MWh faturado.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$327.720 no período de janeiro a setembro de 2017 comparado a R\$299.198 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 9,53%. Conforme mencionado, essa variação decorre do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2017, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões tendo sido de 3,59% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 1,57% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$520.943 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$137.075 no mesmo período de 2016. Esta variação decorre, principalmente, dos eventos descritos abaixo:

- Aumento de 322,61% do valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$299,42/MWh em 30 de setembro de 2017 e R\$70,85/MWh em 30 de setembro de 2016);
- Aumento da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2017.

Receita de Indenização da Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$295.749 no período de janeiro a setembro de 2017 comparado ao valor de R\$692.211 no mesmo período de 2016. No exercício anterior, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada.

Merece destaque o valor registrado em 2017, no montante de R\$149.255, referente a diferença retroativa de ativos da concessão de transmissão cujos valores não foram incluídos na base de cálculo das receitas nas revisões tarifárias anteriores. Maiores informações na nota explicativa nº 12 – Ativos Financeiros da Concessão.

Receita de Indenização da Geração

No período de janeiro a setembro de 2017 a Companhia reconheceu receita no valor total de R\$259.516 referente ao ajuste do saldo não amortizado das concessões das Usinas de São Simão e Miranda, conforme Portaria nº 291/17. Mais detalhes vide nota explicativa nº 4 destas Informações Contábeis Intermediárias.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$ 1.200.004 no período de janeiro a setembro de 2017 e R\$1.061.741 no mesmo período de 2016, apresentando crescimento de 13,02%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$4.004.073 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação com R\$3.260.613 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 22,80%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$2.990.677 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$2.291.737 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 30,50%. Esta variação decorre do aumento de 14,18% no preço médio do MWh (R\$180,03 no período de janeiro a setembro de 2017 e R\$157,67 no mesmo período de 2016) aliado ao aumento de 14,29% no volume de energia comprada no período de janeiro a setembro de 2017 (16.611.973 MWh) comparado ao mesmo período de 2016 (14.534.949 MWh).

Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$300.528 no período de janeiro a setembro de 2017, comparados a R\$280.858 no mesmo período de 2016, representando um crescimento de 7,00%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- Reconhecimento, em 2017, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$44.516.

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 10,10% no número médio de empregados, sendo 1.496 empregados médios no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a 1.664 empregados médios no período de janeiro a setembro de 2016.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 69,16%, sendo R\$11.226 no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação a R\$36.405 no mesmo período de 2016. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Vide Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$106.951 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$63.106 no mesmo período de 2016, crescimento de 69,48%. Esta variação decorre, basicamente, da constituição da provisão para perdas nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A. que, no período de janeiro a setembro de 2017 representou um montante de R\$67.965 em comparação ao valor de R\$29.488 no mesmo período de 2016.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$728.877 no período de janeiro a setembro de 2017 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$874.783 no mesmo período de 2016, uma redução de 16,68%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Rendas de Antecipação de Pagamento no valor de R\$41.011 no período de janeiro a setembro de 2017 comparado a R\$22.790 no mesmo período de 2016. Esta variação decorre do maior volume de operações de antecipação de pagamento a fornecedores realizadas em 2017;
- Variação monetária – Obrigações com a CCEE: Com a suspensão dos efeitos da liminar que tinha por objetivo evitar a exposição em decorrência do ajuste do MRE, provocada pelo GSF menor que 1, em dezembro de 2015 houve a devolução da receita adicional recebida no período de maio a novembro de 2015. Em janeiro de 2016 a CCEE contabilizou a variação monetária correspondente ao período em que os recursos ficaram à disposição da Companhia o que levou ao reconhecimento de despesa financeira no montante de R\$13.844 no período de janeiro a setembro de 2016;
- Variação monetária – Empréstimos e Financiamentos: R\$25.888 no período de janeiro a setembro de 2017 comparados a R\$72.399 no mesmo período de 2016, redução de 64,24% em função, principalmente, da redução na variação do IPCA, indexador da dívida, que foi de 1,78% no período de janeiro a setembro de 2017 em comparação à variação de 5,51% no mesmo período de 2016;
- Variações Monetárias de Venda Antecipada de Energia – no período de janeiro a setembro de 2017 a Companhia registrou despesa no valor de R\$37.666 referente aos contratos de antecipação de venda de energia firmados a partir de dezembro de 2016.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no período de janeiro a setembro de 2017, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$300.382 em relação ao resultado de R\$825.789 antes dos efeitos fiscais.

A Companhia apurou, no período de janeiro a setembro de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$267.244 em relação ao resultado de R\$802.173 antes dos efeitos fiscais.

As taxas efetivas dos impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10b das Informações Contábeis Intermediárias.

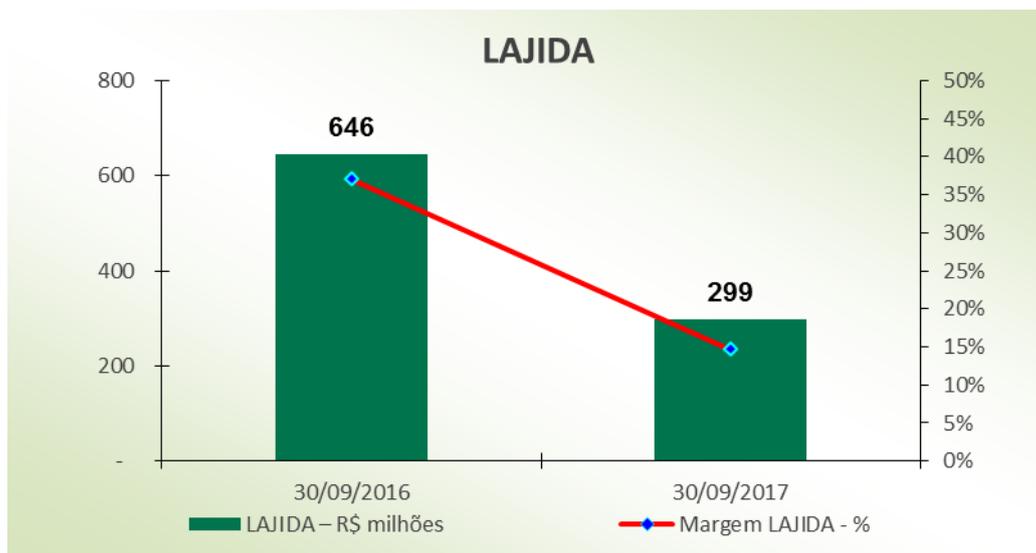
Resultado do Trimestre

A Companhia apresentou, no terceiro trimestre de 2017, prejuízo de R\$5.145, em comparação ao lucro de R\$224.286 no mesmo período de 2016. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Cemig Geração e Transmissão apresentou redução no terceiro trimestre de 2017 em comparação como mesmo período de 2016, conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

LAJIDA R\$mil	Jul a Set/17	Jul a Set/16	Var. %
Resultado do Período	(5.145)	224.286	-
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	71.571	68.407	4,63
+ Resultado Financeiro Líquido	195.514	305.698	(36,04)
+ Amortização e Depreciação	36.618	47.385	(22,72)
= LAJIDA	298.558	645.776	(53,77)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

No terceiro trimestre de 2017, o LAJIDA apresentou uma redução de 53,77% em comparação ao mesmo período de 2016. Mais detalhes sobre os eventos que impactaram o resultado estão descritos na sequência destas Informações Contábeis Intermediárias. A margem do LAJIDA passou de 36,99% no terceiro trimestre de 2016 para 14,58% no terceiro trimestre de 2017.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	Jul a Set 2017			Jul a Set 2016		
	MWh (*)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh (*)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	3.648.307	838.897	229,94	4.039.479	907.999	224,78
Comercial	561.786	145.331	258,69	212.847	54.570	256,38
Subtotal	4.210.093	984.228	-	4.252.326	962.569	226,36
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	(172)	-	-	500	-
	4.210.093	984.056	249,24	4.252.326	963.069	-
Suprim. Outras Concessionárias	3.447.975	859.378	-	2.927.208	631.775	215,83
Suprim. não Faturado Líquido	-	53.289	-	-	126.482	-
	7.658.068	1.896.723	229,94	7.179.534	1.721.326	-

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$1.896.723 no terceiro trimestre de 2017 em comparação a R\$1.721.326 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 10,19% decorrente, principalmente, do aumento de 6,67% na quantidade de energia comercializada aliado ao aumento do preço médio do MWh faturado.

Receita de Transmissão

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$86.320 no terceiro trimestre de 2017 comparado a R\$107.098 no mesmo período de 2016, representando redução de 19,40%.

Receita de Indenização de Transmissão

A receita de indenização da transmissão foi de R\$25.894 no terceiro trimestre de 2017 comparado ao valor de R\$99.742 no mesmo período de 2016.

No 2º trimestre do exercício anterior, em função da definição pelo Ministério das Minas e Energia dos critérios de atualização da indenização de transmissão, foi registrado, de forma retroativa a 2013, o valor da atualização da indenização a receber com base no custo do capital próprio regulatório, o que impactou de forma relevante a receita registrada.

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$437.027 no terceiro trimestre de 2017 e R\$343.289 no mesmo período de 2016, aumento de 27,31%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$1.613.162 no terceiro trimestre de 2017 em comparação a R\$1.123.735 no mesmo período de 2016, representando crescimento de 43,55%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.275.814 no terceiro trimestre de 2017 comparados a R\$823.584 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 54,91%. Esta variação decorre do aumento de 15,84% no preço médio do MWh (R\$186,96 em 2017 e R\$161,39 em 2016) aliado ao aumento de 33,72% no volume de energia comprada em 2017 (6.823.933 MWh) comparado com 2016 (5.103.045 MWh).

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$88.963 no terceiro trimestre de 2017 comparada a R\$82.471 no mesmo período de 2016, representando um aumento de 7,87%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- Reajuste salarial de 8,50% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- Reconhecimento, no terceiro trimestre de 2017, de despesa com o programa de desligamento voluntário de pessoal, no montante de R\$6.900.

Em contrapartida aos itens mencionados acima, ocorreu uma redução de 13,49% no número médio de empregados, sendo 1.411 empregados médios no terceiro trimestre de 2017 em comparação a 1.631 empregados médios no terceiro trimestre de 2016.

Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 11,95%, R\$4.201 no terceiro trimestre de 2017 em comparação a R\$4.771 no mesmo período de 2016. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

Vide Nota Explicativa nº 24 das Informações Contábeis Intermediárias.

Provisões Operacionais

As provisões operacionais representaram uma despesa de R\$45.544 no terceiro trimestre de 2017 comparados a R\$11.466 no mesmo período de 2016. Esta variação decorre, basicamente, da constituição da provisão para perdas nas opções de venda da SAESA – Santo Antônio Energia S/A. que, no terceiro trimestre de 2017 representou um montante de R\$26.363 em comparação ao valor de R\$3.477 no terceiro trimestre de 2016.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial em investidas representou um prejuízo de R\$172.177 no período de julho a setembro de 2017 em comparação ao prejuízo de R\$23.851 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre, principalmente, dos efeitos das participações na Madeira Energia e Renova cujo resultado de equivalência patrimonial, no terceiro trimestre de 2016, representou um prejuízo de R\$45.756 em comparação ao prejuízo nas mesmas participações citadas de R\$122.521 no terceiro trimestre de 2017.

Mais detalhes na nota explicativa nº 13.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$195.514 no terceiro trimestre de 2017 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$305.698 no mesmo período de 2016, redução de 36,04%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$206.495 no terceiro trimestre de 2017 comparados a R\$321.197 no mesmo período de 2016, redução de 35,71% decorrente, principalmente, da menor variação do CDI (2,29% no terceiro trimestre de 2017 e 3,47% no mesmo período de 2016);
- Redução da variação monetária de empréstimos e financiamentos: R\$1.994 no terceiro trimestre de 2017 comparados a R\$14.659 no mesmo período de 2016. Essa variação decorre, principalmente, da menor variação do IPCA (0,59% no terceiro trimestre de 2017 e 1,04% no mesmo período de 2016);

- Variações Monetárias de Venda Antecipada de Energia – no terceiro trimestre de 2017 a Companhia registrou despesa no valor de R\$12.986 referente à atualização dos valores dos contratos de antecipação de venda de energia, firmados a partir de dezembro de 2016.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Informações Contábeis Intermediárias.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou, no terceiro trimestre de 2017, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$71.571 em relação ao resultado de R\$66.426 milhões antes dos efeitos fiscais.

A Companhia apurou, no terceiro trimestre de 2016, despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$68.407 em relação ao resultado de R\$292.693 milhões antes dos efeitos fiscais.

As taxas efetivas dos impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Informações Contábeis Intermediárias.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Bernardo Afonso Salomão de
Alvarenga**
Diretor-Presidente

Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga
Diretor Vice-Presidente, interina e
cumulativamente

Adézio de Almeida Lima
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

José de Araújo Lins Neto
Diretor de Gestão Empresarial

Dimas Costa
Diretor Comercial

José Maria Rabelo
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Thiago de Azevedo Camargo
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Luciano de Araújo Ferraz
Diretor Jurídico

Ronaldo Gomes de Abreu
Diretoria sem denominação
específica

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretora de Relações e Recursos
Humanos

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG 85.260